

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 45 – Mar./Abr. – 2010

Captação de Recursos

Saiba qual a importância de se ter um conselho consultivo

Especial

Exemplo de sucesso: como é realizado o trabalho na Pastoral da Criança

DataFilantropia

Consumo consciente: você está fazendo a sua parte?



Direitos da criança e do adolescente

os 20 anos do Estatuto da Criança e do
Adolescente marcam lutas, conquistas e a
constante busca pelo cumprimento dos direitos



Com o título de Campeão para as Crianças Brasileiras, piloto fala sobre sua relação com o Unicef e do seu envolvimento na área social

Entrevista
Felipe Massa





DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



Recorte, distribua e doe.
Para que o Haiti tenha um futuro,
contamos com a ajuda de todos.

O UNICEF já está no Haiti ajudando as crianças e famílias afetadas pelo terremoto do dia 12/1/10. A assistência inclui fornecimento de água potável e alimentos, atendimento médico, saneamento básico, educação, e abrigo e proteção para as crianças perdidas ou órfãs.

Junte-se a nós. A sua doação contribui diretamente para todos os esforços do UNICEF no Haiti.

DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



DOAÇÕES PARA O HAITI

BANCO DO BRASIL
AG: 3382-0 – CC: 404700-1
CNPJ: 03744126/0001-69



Sumário



Entrevista

Felipe Massa

Piloto fala sobre seu papel no Unicef e o desenvolvimento da área social



38

Capa

O futuro da nação

Com os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ferramentas e organizações de defesa trabalham pelo seu cumprimento dos direitos



48

Meio Ambiente

Mudanças climáticas

Transformações do clima geram polêmica e controvérsia e dividem opiniões de cientistas e economistas



51

Responsabilidade Social

Demonstrativo de sustentabilidade

Relatório de sustentabilidade da GRI aponta indicadores econômicos, ambientais e sociais das empresas

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Captação de Recursos	16
Contabilidade	18
Voluntariado	24
Administração	28
Legislação	31

Especial	44
Sustentabilidade	46
Case Empresarial	54
DataFilantropia	56
Serviços	58
Geração de Renda	62
Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308
CEP 02013-002
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)
Coordenação de Gestão Social
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Gestão Social
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Rogério Ramos Costa
Vinicius Alcântara Dias
Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins
Comercial
Hilton Rocha da Justa
Ricardo Peternella de Souza
Atendimento
Carolina Brascioli
Raquel Siqueira Gomes
Colaboradores
Luciano Guimarães
Paula Craveiro
Valeuska de Vassimon

Coordenação de Arte
Adriano Aguiña
Assistente de Arte
Rafael Sarto
Diagramação
Cristiane Gonçalves Cabral
Karine dos Santos Barbosa
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes
Viviane Siqueira Vilela
Controle Editorial
Janaina Beltrame dos Santos
Coordenação de Revisão
Viviane Rodrigues
Revisão
Ana Maria Tomasevicius
Melina Marin de Castro
Thamara Chrystina de Andrade

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Livio Giosa
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou integral de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Editorial

Feliz ano novo, de novo

É sempre assim. Passam as festas de final de ano e o ritmo do Brasil começa lento. Muitos aproveitam as férias da prole para viajar e também descansar, e acabamos nos deparando com diversos argumentos do tipo: "assim que Fulano voltar de férias, podemos retomar o assunto". Aí, quando Fulano retorna, é Ciclano que não está para dar o aval dele neste ou naquele projeto.

Sol forte em praticamente todo o território do Brasil e capitais submergidas pelas águas de março que, desta vez, resolveram aparecer mais cedo. E a lentidão se prorroga até a folia do Carnaval mostrar suas escolas de samba campeãs e a ressaca terminar.

Como faz quase dois meses que os projetos estão "semiparados", é preciso uma semana para se organizar novamente e, enfim, poder dizer: "o ano começou".

No artigo E se o Carnaval fosse em julho, escrito por meu amigo Rafael Baltresca, ele provoca: "Uma reflexão atenta sobre isso pode ser uma boa oportunidade para revermos nossos paradigmas, descartando pensamentos limitantes e abraçando os possibilitadores".

Os problemas sociais no Brasil não possuem mês para começar ou terminar; simplesmente estão aí e acontecem todo dia. Como, então, ter recursos nos meses de janeiro e fevereiro se o investidor social está no Guarujá com a família?

Planejamento prévio é a única resposta que posso afirmar ser uma equação positiva. Mas a criatividade na geração de recursos para as entidades deve ser ampliada a patamares fora do padrão de captação realizados ao longo do ano inteiro.

E, como Baltresca diz, é muito mais produtivo e melhor enfraquecer os paradigmas coletivos que podem nos levar ao abismo e começar a exercitar as crenças positivas, mesmo que remando contra a maré: "O Brasil começa em janeiro e minha ONG (empresa) também", "fevereiro é o melhor mês do ano porque me dá a oportunidade de sair à frente."

A prática do pensamento positivo é a principal arma para que barreiras sejam quebradas e passem a fazer parte do passado. A ação deve ser sempre imediata e pautada em objetivos pessoais e institucionais – novamente por meio de um planejamento bem detalhado.

Pensem nisso! Um ótimo ano novo para todos os leitores.

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Banho de sol, foto de Bruno Falcão – 1º colocado no concurso de fotografia da SOS Mata Atlântica 2009 de 2009

Em tempo: e já que o ano começou, que tal sintonizar uma rádio recém-inaugurada e curtir o melhor que nossos músicos brazucas produzem? Ouça www.tomsocial.com.br e opinem sobre mais este meio de comunicação do Universo Social.



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br



Campeão para as crianças

Campeão também das pistas, Felipe Massa usa sua imagem para transmitir modelo positivo às crianças do Brasil

Por Thaís Iannarelli

Símbolo brasileiro da Fórmula 1, Felipe Massa é um dos atletas do país que se consagraram como ícone pelo seu desempenho nas pistas. Mostrando seu engajamento na área social, usa sua imagem para apoiar o Unicef e colaborar para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Sua carreira na Fórmula 1 começou em 2002, quando passou a integrar a equipe Sauber. Porém, com todas as vagas preenchidas para o campeonato de 2003, acabou como piloto de testes da Ferrari naquele ano, retornando como titular em 2004 novamente pela Sauber. Em 2006, ocupou o posto de Rubens Barrichello, de volta à equipe italiana, tendo como companheiro Michael Schumacher. Neste mesmo ano, Massa alcançou o terceiro lugar no Grande Prêmio da Turquia e o primeiro lugar no Grande Prêmio do Brasil, em Interlagos – primeiro campeão brasileiro no circuito desde Ayrton Senna, em 1993.

Outro momento marcante de sua carreira aconteceu em 2008, quando ficou em segundo lugar no Mundial de F1, um ponto atrás do campeão Lewis Hamilton. Em 2009, durante o treino classificatório para o Grande Prêmio da Hungria, Massa sofreu um acidente ao ser atingido por uma mola que se soltou do carro de Rubens Barrichello. O piloto teve de passar por uma cirurgia e chegou a ficar em coma induzido, respirando com a ajuda de aparelhos. Após se recuperar, Massa voltou às pistas de kart e, em 6 de outubro de 2009, retornou à Ferrari para treinar.

No fim do ano passado, Felipe Massa e a esposa tiveram seu primeiro filho, também chamado Felipe – fato que aproximou ainda mais a relação do piloto com as crianças. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Felipe fala sobre seu trabalho com o Unicef e seu envolvimento com a área social.

Revista Filantropia: *Como você começou a se envolver com a área social?*

Felipe Massa: Acho que, como alguém que está sempre na mídia, posso influenciar a opinião pública em relação a algumas questões sociais, especialmente as que envolvem crianças. O esporte foi um elemento importante durante a minha fase de crescimento, para me tornar o homem que sou hoje. Sinto que é certo e que devo abraçar a causa de fazer algo pelo próximo.

RF: *Qual é a sua relação com o Unicef e como você se tornou o “Campeão para as Crianças Brasileiras”?*

FM: Em outubro de 2007 me tornei o Campeão Unicef para as Crianças Brasileiras, e gostaria de agradecer a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, por ter me dado essa oportunidade. Assim, posso fazer o melhor para contribuir com a organização.



RF: *Quais ações na área social são realizadas por causa da conexão com o Unicef?*

FM: Com o Unicef, participo de eventos que promovem as iniciativas ou que ajudam a arrecadar fundos para que elas aconteçam. Essa missão é muito presente na minha vida, não somente quando trabalho em algum evento. Agora que sou pai, sinto esse comprometimento com as crianças ainda mais forte.

RF: *Em sua opinião, qual é a importância de pessoas com grande visibilidade na mídia se envolverem na área social?*

FM: Eu sei como a fama e a visibilidade de uma pessoa famosa podem chamar atenção e formar opinião pública sobre alguns assuntos. Acho que as pessoas conhecidas, que são exemplo para o público, têm o dever de fazer alguma coisa. Não custa muito criar uma onda positiva de interesse em várias iniciativas, o que faz com que aumentem os recursos para as instituições. Personalidades do mundo do esporte podem ser muito úteis quando se trata de crescer de maneira saudável. Aconteceu comigo quando era pequeno, me inspirava muito nos atletas. Por isso, sinto que é minha obrigação também fazer isso pelo próximo.

RF: *Como você vê a ação das ONGs no Brasil?*

FM: O trabalho das instituições sociais é muito importante porque, no nosso país, há uma necessidade de ação que se espalha pelo país, em áreas nas quais o Estado é incapaz de interferir. Com as ONGs, é possível mobilizar a força do indivíduo em projetos organizados, que chegam diretamente às pessoas que necessitam.

RF: *Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria?*

FM: Ah, seria maravilhoso ter uma varinha mágica para nos livrarmos de todas as mazelas do mundo! Mas não é assim que funciona, infelizmente, por isso temos de fazer nosso melhor para que algo aconteça. Então, se fosse possível, eu gostaria de me livrar do egoísmo. Gostaria que todos sentissem a necessidade de trabalhar para melhorar as condições daqueles que são mais fracos e vivem em situações de vulnerabilidade, aqueles que estão doentes ou têm fome. Esse é outro motivo para eu ter me juntado ao Unicef, onde tantas pessoas que sentem a necessidade de fazer algo e dar algo pelo próximo.

UMA BOA HISTÓRIA MOBILIZA



É preciso saber vender seu peixe.

Uma história bem contada pode atrair muitos recursos para uma organização. Por isso, queremos conhecer a sua! Envie um relato de até 5.000 caracteres sobre experiências de captação de recursos na sua organização. As cinco melhores ganharão prêmios e serão publicadas na Revista Filantropia

★ ★ ★ ★ ★

PRÊMIO10

HISTÓRIA QUE MOBILIZA

Inscrições até dia **10 de julho** pelo site www.revistafilantropia.com.br

Iniciativa:





Vista aérea da Hidrelétrica Baguar



Ministros José Gomes Temporão e Fernando Haddad no lançamento do programa



Presidente Lula e autoridades participam da abertura da conferência



Ministro da SEDH, Paulo de Tarso Vannuchi, e o coordenador da Pastoral de Rua, Pe. Julio Lancellotti

Projeto proíbe hidrelétricas em estâncias hidrominerais

A Câmara analisa o projeto de lei 6311/09, de autoria do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), que proíbe a construção de usinas hidrelétricas em estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas. A proibição vale tanto para as usinas grandes quanto para as pequenas centrais elétricas, em todos os municípios com títulos de estância hidromineral, climática ou turística, concedidos por atos do poder público federal ou estadual. O autor defende a importância das hidrelétricas, que respondem por 86% da oferta de energia elétrica hoje no Brasil, mas argumenta que essas usinas causam significativos impactos ao meio ambiente. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Turismo e Desporto; de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

Investimento em pesquisa e medicina

No dia 3 de março, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, lançaram a ampliação do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde), até então focado na Estratégia Saúde da Família. Com investimento de R\$ 7 milhões, haverá a distribuição de mil bolsas para estudantes, professores de ensino superior e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) para a produção de pesquisas em saúde e formação de médicos. As pesquisas devem analisar a incidência de doenças, causas de mortes e problemas decorrentes da violência. Os projetos deverão ser apresentados por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas sem fins lucrativos em parceria com secretarias estaduais e municipais de saúde.

www.mec.gov.br
www.saude.gov.br

II Conferência Nacional de Cultura (CNC)

Com o objetivo de discutir os caminhos da cultura no Brasil, diversidade, cidadania e desenvolvimento, aconteceu em Brasília a II Conferência Nacional de Cultura. Entre as autoridades presentes estava o presidente Lula, que falou da necessidade de uma melhor distribuição de recursos no setor cultural. "Descobrimos que onde há dinheiro, há muita cultura, mas que também há muita cultura onde não há dinheiro", disse. Entre as reivindicações para o setor está o pedido de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, que destina para a Cultura 2% do orçamento de impostos da União, 1,5% dos Estados e 1% dos municípios. A cerimônia de abertura contou com apresentações artísticas de Antônio Nóbrega, Chico César, Mônica Salmaso, Célia Porto e Intrépida Trupe.

www.cultura.gov.br

Comitê para a População em Situação de Rua

No dia 10 de março, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) assinou a ata de criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. O comitê será composto por representantes de nove ministérios e nove integrantes da sociedade civil, e terá como objetivo elaborar e coordenar políticas públicas para este segmento da população. Entre suas atribuições está a implementação de ações de segurança alimentar, habitação, saúde e educação. Segundo o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, "não é questão de fazermos algo em especial, mas um conjunto de ações para combater a fome, como políticas públicas de assistência social e a de transferência de renda, educação, saúde etc. É esse conjunto que possibilita que as pessoas desenvolvam suas potencialidades".

www.sedh.gov.br



Divulgação/SEE MG

Aluno do ensino fundamental em escola de Minas Gerais



Porto de Aker, Grã-Bretanha

Foto da ONU mostra o impacto das mudanças climáticas com derretimento de iceberg na Noruega

Desnutrição infantil

Em estudo sobre a redução da desigualdade socioeconômica na desnutrição infantil entre 1974 e 2007 publicado no Boletim da Organização Mundial da Saúde (OMS), pesquisadores brasileiros demonstraram como a desnutrição recuou no país, principalmente nos últimos anos, quando políticas de distribuição de renda foram executadas em conjunto com a oferta de serviços de saúde, educação e saneamento básico. Segundo a pesquisa, em 1974 e 1975 o Brasil tinha 37,1% das crianças nessa situação; em 1989, o indicador baixou para 19,9%; em 1996, para 13,5%; e em 2007, a porcentagem caiu para 7,1%. As estatísticas indicam uma redução de aproximadamente 80% em três anos. Segundo o Unicef, praticamente todos os programas baseados em comunidades conseguiram essas reduções por meio do crescimento da qualidade de vida e iniciativas de melhoria na alimentação.

 www.who.int

Transmissão vertical do HIV deve acabar

De acordo com dados do Fundo Mundial para a Luta contra a Aids, a Malária e a Tuberculose, até 2015 será possível erradicar a transmissão vertical do vírus HIV, aquela que acontece de mãe para filho. A projeção se deve ao aumento dos programas financiados por órgãos internacionais em países subdesenvolvidos. Segundo informações da Agência da ONU para o combate à Aids (Unaids), em 2009 o orçamento da África do Sul destinado ao tratamento da doença cresceu 33% e, entre 2007 e 2008, o número de pessoas que receberam os antirretrovirais aumentou 53%. A Unaids estima que existem 370 mil crianças no mundo com o vírus HIV, sendo que a maioria delas foi infectada pela transmissão vertical.

 www.unaids.org

Educação brasileira no vermelho

O relatório da Unesco sobre a educação em um contexto mundial, divulgado no último dia 20 de janeiro, apontou a situação crítica do ensino no país. No quesito repetência escolar está um dos piores indicadores brasileiros: 18,7% é a taxa de reprovação no Ensino Fundamental. A avaliação da Unesco centrou-se no Ensino Fundamental, em itens como o acesso de meninas e meninos à escola, a questão do analfabetismo e o sucesso da criança ao chegar na 5ª série. Atendo-se ao relatório, fica clara a falta de investimento em educação no Brasil. Segundo o senador Flávio Arns, “é preciso investir na educação. Em 2009, vivemos um drama: o Brasil deixou de investir R\$ 10 bilhões devido a isenções e crise financeira. Ou seja, deixou de aplicar no Fundeb quando precisaria ter ganhado mais dez!”, ressaltou o parlamentar.

 www.unesco.org/pt/brasil

Índice de ações com foco em mudanças climáticas

A BM&F Bovespa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram o desenvolvimento do Índice Carbono Eficiente para estimular as companhias de capital aberto a reduzir suas emissões de gases causadores do efeito estufa. O índice de ações será um instrumento econômico de incentivo para que as empresas adotem práticas de gestão ambiental voltadas para mudanças climáticas. O indicador será ponderado pelo inventário de emissões de gases de efeito estufa, que reflete a contabilização da emissão de todas as fontes de atividades associadas a uma companhia. O Índice Carbono Eficiente será estruturado em 2010, a partir do IBRX-50, composto pelas 50 ações mais negociadas na BM&F Bovespa, ponderadas na carteira pelo *free float* (quantidade de ações da empresa disponíveis para negociação no mercado).

 www.bmfbovespa.com.br

Comissão amplia benefício para obras ecológicas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou, em 9 de dezembro, a concessão de incentivos a todas as edificações urbanas que usam técnicas para reduzir o impacto ambiental e economizam recursos naturais. A medida está prevista em emenda do Senado ao projeto de lei nº 34/07, do deputado Cassio Taniguchi (DEM-PR). Pelo texto original, teriam direito ao benefício apenas construções feitas na modalidade de “operações urbanas consorciadas” — alterações em vizinhanças ou áreas que mudam de tipo de utilização, previstas no Estatuto das Cidades (lei nº 10.257/01) e no Plano Diretor de cada município. Para o relator, deputado Roberto Rocha (PSDB-MA), a mudança proposta é positiva porque amplia a consideração da variável ambiental nas diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano.

 www.camara.gov.br

Contra a pobreza extrema

O Brasil encontra-se diante da oportunidade histórica de praticamente erradicar a pobreza extrema até 2016 e obter o menor índice de desigualdade de renda desde que os registros começaram a ser feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960. Para atingir esses resultados, o país precisa manter o ritmo de melhorias sociais observado nos últimos cinco anos. O estudo, intitulado *Pobreza, desigualdade e políticas públicas*, aponta que, entre 2003 e 2008, a queda média anual na taxa nacional de pobreza extrema (até ¼ de salário mínimo *per capita*) foi de 2,1%. Já a queda média anual na taxa de pobreza absoluta (até meio salário mínimo *per capita*) foi de 3,1%. Caso o desempenho do período 2003-2008 seja projetado para 2016, o Brasil chegará ao ano da Olimpíada no Rio de Janeiro com indicadores sociais próximos aos dos países desenvolvidos.

 www.ipea.gov.br



Luísa Otto, project manager da Unesco, entrega certificado para Fernando Pinto, presidente-executivo da TAP

TAP ganha prêmio Planeta Terra da Unesco

A companhia aérea TAP foi premiada pela Unesco e pela União Internacional de Ciências Geológicas com o prêmio Planeta Terra 2010, atribuído na categoria Produto Sustentável Mais Inovador, em reconhecimento ao Programa de Compensação de Emissões de dióxido de carbono (CO₂) da companhia. O prêmio foi entregue em Lisboa a Fernando Pinto, presidente-executivo da TAP, por Luísa Sousa Otto, project manager da Unesco para o International Year of Planet Earth. A TAP foi a primeira companhia aérea do mundo a lançar o programa, em parceria com a International Air Transport Association (IATA). Este programa proporciona aos passageiros a oportunidade de compensar voluntariamente as emissões de CO₂ resultantes dos seus voos, contribuindo assim para projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento apoiados pela TAP.

www.flytap.com



Descerramento da placa de inauguração da conversão da usina termelétrica Juiz de Fora (UTE-JF) para operar com etanol

Conversão de usina termelétrica para operar com etanol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, em 19 de janeiro, a conversão da usina termelétrica Juiz de Fora (UTE-JF) para operar com etanol. A usina, que faz parte do parque gerador da Petrobras, operava apenas com gás natural, e agora, com bicomcombustível. Inédita no mundo, a operação com etanol encontra-se em testes para otimização. Com essa iniciativa, o Brasil reafirma sua posição de destaque na produção e uso do etanol, e a Petrobras dá mais um passo na busca por fontes alternativas de geração de energia e no esforço para flexibilizar seu parque gerador, que tem capacidade instalada de 7.028 MW. São 14 termelétricas a gás natural, 12 a óleo e 15 pequenas centrais hidrelétricas. Agora, conta também com uma usina capaz de gerar energia elétrica a partir do etanol.

www.petrobras.com.br



Participantes do projeto Sopro Novo

Sopro Novo

O projeto Sopro Novo, da Yamaha Musical, tem motivos de sobra para comemorar. Criado em 2005 com o objetivo de formar professores de flauta doce, ao longo desses cinco anos o programa formou mais de mil professores, atingindo indiretamente mais de 30 mil crianças. Em 2009, o sucesso ficou claro: o Sopro Novo realizou 210 eventos, alcançando um público de mais de 3 mil pessoas. Existem grupos em todas as regiões do país e, para 2010, a expectativa é que todos os Estados recebam a iniciativa. O resultado obtido pode ser comprovado por meio de uma pesquisa realizada com um universo de 200 entrevistados que participaram das aulas do Sopro Novo. Entre os participantes, 84,2% consideraram que o curso atendeu com excelência às expectativas em 2009.

www.yamahamusical.com.br



Projeto de alfabetização de adultos da Alfamol

Salas de alfabetização

A Alfabetização Solidária (Alfamol), a General Motors do Brasil e nove concessionárias da Chevrolet do Estado de São Paulo viajaram até Pedro II, no Piauí, para visitar as salas de alfabetização e conhecer os resultados do trabalho desenvolvido pelo programa Rede Chevrolet de Educação Solidária. O projeto foi criado em 2008 com o objetivo de atender à população analfabeta ou com baixa escolarização com mais de 15 anos. Desde então, o projeto vem sendo desenvolvido em 240 salas de aula e 24 cidades – sendo que Sergipe e Piauí são as que apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e as piores taxas de analfabetismo. Desde seu início, o programa já atendeu mais de 8,2 mil alunos e formou 451 alfabetizadores por meio do apoio de 16 concessionárias do Estado de São Paulo.

www.alfamol.org.br



Praça arborizada na cidade de Juruti



Grupo campeão do torneio

Amway doa US\$ 332 mil às vítimas do Haiti

A Amway Global prossegue firme no auxílio às vítimas do terremoto no Haiti, ocorrido em janeiro passado. A empresa, que já doou US\$ 100 mil para a Cruz Vermelha e Children's Village, destinou outros US\$ 100 mil para ajudar na reconstrução do país. Paralelamente, os distribuidores da Amway nos Estados Unidos arrecadaram cerca de US\$ 133 mil em doações pelo site da empresa, recursos também encaminhados para a Cruz Vermelha. Ao todo, foram levantados US\$ 332.954, mais 10 mil kits de higiene pessoal contendo creme dental, escova de dentes, desodorante e sabonete, enviados para a International AID e World Vision. Desde o terremoto, a empresa já realizou três voos com aviões de sua frota para o envio dos kits, transporte de suprimentos médicos e de profissionais de saúde.

www.amway.com

Direitos da Criança e do Adolescente

O programa Amigo de Valor, uma iniciativa do Grupo Santander Brasil que estimula e facilita a destinação de parte do Imposto de Renda devido de funcionários, clientes e fornecedores aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, arrecadou mais de R\$ 6,8 milhões em 2009. Desde 2002, o programa já direcionou para a promoção de ações de proteção dos direitos do público infanto-juvenil no Brasil mais de R\$ 37 milhões. O Amigo de Valor é resultado da integração do IR Solidário do Santander e Amigo Real, do Banco Real. No último ano, clientes, fornecedores e 23.643 funcionários do Grupo aderiram ao programa, gerando uma arrecadação financeira de R\$ 3,5 milhões. O valor total arrecadado foi destinado a 39 iniciativas sociais desenvolvidas em 17 Estados brasileiros.

www.santander.com.br

Alcoa apoia projetos comunitários no Pará

A Alcoa e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) anunciaram os resultados do processo de seleção dos projetos que serão apoiados neste ano pelo Fundo Juruti Sustentável (Funjus), estruturado para financiar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável de Juruti, município no oeste do Pará, onde a Alcoa inaugurou recentemente uma unidade de mineração de bauxita. Vinte e um projetos elaborados por organizações da sociedade civil foram selecionados pelo Conselho do Funjus, um colegiado independente responsável pela seleção dos projetos prioritários a serem beneficiados por essa iniciativa. A companhia destinará R\$ 480 mil, e a Alcoa Foundation, R\$ 50 mil para o início dos trabalhos. Das 67 cartas-consultas recebidas na primeira etapa de seleção, 41 se transformaram em projetos apresentados ao Fundo, 21 dos quais foram selecionados.

www.alcoa.com.br

6º Torneio Help BEM

No dia 5 de março, mais de 80 empresários se reuniram em São Paulo para o torneio Help BEM Embrase de Golfe. O evento, que já acontece desde 2004, foi idealizado pelas empresas BEM e Embrase e aposta em ações diferenciadas para arrecadar recursos para as entidades beneficiadas Associação Civil o Cantinho que Encontrei, Caminhando Núcleo de Educação e Ação Social, Lar Emmanuel, Instituto WCF – Brasil, Associação Lua Nova e Lar Divino Amigo. Em 2009, foram arrecadados mais de R\$ 100 mil em doações. Segundo Douglas Delamar, diretor da Embrase, "o evento tem o objetivo de minimizar os problemas sociais e as carências de nossos colaboradores. A preocupação social já faz parte do dia-a-dia de todos os colaboradores da empresa".

www.torneiohelpbem.com.br

Suzano patrocina projeto da Fundação Gol de Letra

A Suzano Papel e Celulose acredita que a prática esportiva é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de cidadãos comprometidos com o futuro da sociedade. É por isso que a empresa entrou com o uma das parceiras da Fundação Gol de Letra no Programa Jogo Aberto. Aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte, o projeto tem como principal intuito contribuir para a Educação Integral de 500 crianças, adolescentes e jovens da Vila Albertina, em São Paulo, por meio de aprendizagens socioeducativas de esporte e lazer. O programa visa a estimular o desenvolvimento de uma cultura esportiva e promover a inclusão social por meio da prática de esportes. O Programa Jogo Aberto existe desde 2005 e já atendeu cerca de 1.150 crianças.

www.suzano.com.br

Oi Novos Brasis

O 6º Encontro Oi Novos Brasis, do Oi Futuro, que reuniu as organizações parceiras do programa, foi realizado entre os dias 13 a 15 de janeiro, no Rio de Janeiro. Estiveram reunidas as 20 organizações não-governamentais selecionadas este ano pelo programa, além de projetos sociais esportivos apoiados pelo instituto de responsabilidade social da Oi. Na ocasião, foi realizada a primeira etapa do PDG.org, programa avançado em gestão que, pela primeira vez, será disponibilizado também em módulos on-line. O programa oferece cursos e uma consultoria voltada para instituições do Terceiro Setor, com o objetivo de capacitá-las e monitorar o desempenho dos projetos. O Oi Novos Brasis apoia e desenvolve parcerias com organizações sem fins lucrativos para a viabilização de ideias inovadoras que utilizem a tecnologia da informação e comunicação para acelerar o desenvolvimento humano.

www.oi.net.br



Equipe que representará o Brasil na 1ª Copa do Mundo de Criança de Rua, na África do Sul



Participantes do Projeto Guri durante aula de música



Crianças atendidas pela Aldeias Infantis



Crianças brincam em tenda montada pelo Unicef

Copa do Mundo de Criança de Rua

A ONG britânica ABC Trust, em parceria com o Projeto Quixote e a Associação São Martinho, apresentou no início de fevereiro o time que representará o Brasil na primeira edição da Copa do Mundo de Criança de Rua, que acontecerá em março, na África do Sul. A equipe disputará os jogos de futebol com outros oito países e participará de atividades artísticas e da Conferência sobre os Direitos das Crianças de Rua. Depois disso, o Brasil se prepara para receber a segunda edição da Copa, que acontecerá em 2014. A ABC Trust foi fundada por Jimena Page e pelo lendário guitarrista Jimmy Page, em 1997, na Inglaterra. Entre seus patronos estão Pelé, Fernando Meirelles, Carlos Miele e Bebel Gilberto.



www.abctrust.org.uk/abcbrasil
www.copadomundodecriancaderua.org

Projeto Guri

A Associação Amigos do Projeto Guri (AAPG) está prestes a realizar o sonho de muitos ex-guris. A iniciativa possibilitará aos jovens sem condições financeiras continuar os estudos em universidades e escolas de música particulares no Brasil e no exterior. O Fundo de Bolsas foi idealizado a partir de uma demanda de duas ex-guris, Anna Murakawa e Milena Salvatti. Ao serem vistas tocando por renomados músicos de fora do Brasil, foram convidadas a estudar em algumas das principais universidades de música do mundo. Como não tinham condições financeiras de bancar a viagem e a estada em outros países, recorreram à AAPG, a qual detectou que alguns dos talentos que passaram pelas salas do Projeto Guri poderiam ser incentivados a dar continuidade aos estudos e, principalmente, ter o talento musical brasileiro destacado.



www.projetooguri.org.br

Aldeias Infantis SOS e Cyber Diet fecham parceria

O Cyber Diet, site de apoio à reeducação alimentar, fechou uma parceria com a ONG Aldeias Infantis SOS, em que destina parte da renda de suas assinaturas para suprir as necessidades nutricionais das 10 mil crianças, adolescentes e jovens atendidos em território nacional. A escolha da causa foi feita por meio de uma enquete realizada junto às usuárias do portal. Foram disponibilizados cinco temas, e o que obteve a maioria dos votos foi o apoio a crianças e adolescentes. A Aldeias Infantis SOS é uma ONG internacional que atua no Brasil há 42 anos e busca a garantia de uma vida melhor às crianças em vulnerabilidade social. O trabalho se concentra no fortalecimento de famílias e comunidades, prevenindo o abandono e as diversas situações de violação de direitos.



www.aldeiasinfantis.org.br

Atuação do Unicef no Haiti

Com o objetivo de cuidar principalmente das crianças e adolescentes das regiões atingidas pelo terremoto no Haiti em janeiro de 2010, o Unicef segue ampliando sua atuação no país. Uma das ações é a distribuição de cinco litros diários de água a cada pessoa desabrigada — número que já ultrapassa os 780 mil, que estão vivendo em 260 assentamentos temporários em Porto Príncipe, Leogane e Jacmel. Além disso, o Unicef mantém 23 tendas onde crianças encontram um ambiente amigável para brincarem e serem atendidas. O objetivo desses locais é garantir o direito de aprender de meninos e meninas do país, já que muitos pais ainda estão resistentes em mandar seus filhos à escola, com medo de novos tremores. O Unicef também continua a distribuir alimentos para a prevenção e o tratamento da desnutrição; entre outras ações, também incentiva a amamentação.



www.unicef.org.br



Participantes do Fórum Social Mundial 2010

Fórum Social Mundial

Realizado de 25 a 29 de janeiro, o Fórum Social Mundial 2010 aconteceu no Rio Grande do Sul, em sete cidades gaúchas, dez anos após sua primeira edição. Participaram 35 mil pessoas, sendo representantes de 39 países. As temáticas discutidas variaram entre educação, meio ambiente, cultura, economia solidária, democracia e direitos humanos. Segundo um dos organizadores do fórum, Celso Woyciechowski, a décima edição do evento reforçou a necessidade de se construir um mundo mais solidário e sustentável, com políticas que garantam a igualdade entre homens e mulheres. Outro aspecto que chamou atenção foi a grande participação de jovens – segundo Celso, 27% dos participantes eram dessa faixa etária.

 www.fsm10.org



Coletiva de imprensa do lançamento do Ano Internacional da Biodiversidade

Ano Internacional da Biodiversidade

Em janeiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou oficialmente o Ano Internacional da Biodiversidade. O objetivo da iniciativa é divulgar a relevância do assunto e chamar a atenção da sociedade para as taxas alarmantes de perda de biodiversidade. Estudos da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) mostram que 17 mil espécies de plantas e animais estão ameaçadas de extinção. Especialistas também estimam que 60% dos ecossistemas do planeta não podem prover os recursos ecológicos dos quais o homem depende, como a produção de alimentos e água potável. O Brasil, primeiro país do mundo em biodiversidade, assumiu o compromisso de proteger em unidades de conservação (UCs) 30% da Amazônia e 10% de cada um dos outros biomas: mata atlântica, cerrado, Pantanal, caatinga e pampas.

 www.onu-brasil.org.br

Manifesto Verde

De olhos bem abertos para a dinâmica entre crescimento e redução de emissões, o GSMA, fórum que congrega fabricantes de equipamentos móveis em todo o mundo, lançou em novembro, na Ásia, o seu Manifesto Verde, que visa à redução na emissão de gás carbônico até 2020. A indústria pretende manter sua emissão de gases em 0,5% do total das emissões até o ano previsto. Enquanto isso, fabricantes de celulares e de equipamentos de rede comprometem-se a reduzir em 40% a energia consumida por seus produtos. A meta cobre todas as emissões que estão dentro da área de produção das operadoras móveis, incluindo consumo de energia, rede, prédios e transporte de produtos.

 <http://gsmworld.com>

Prêmio para Programa Rede Jovem

O Programa Rede Jovem, iniciativa da Comunitas, recebeu o prêmio Mudança Social (Mobile Premier Award in Social Change), em Barcelona, pela utilização da tecnologia móvel para a promoção da mudança social. A organização, que é responsável pela implantação de telecentros comunitários, ambientes de troca e soluções de questões da juventude, concorreu com outras 65 instituições. A rede demonstrou inovação ao utilizar telefones celulares para o compartilhamento de histórias de vida e mapeamento das favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de incentivar a inclusão social e a participação política e social do jovem. O prêmio foi concedido pelo MobileActive, referência para informações sobre a tecnologia móvel para impacto social.

 www.redejovem.org.br

Igualdade racial

Recente levantamento realizado pelo Criar Brasil – Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio – e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) mostrou que o Brasil tem hoje mais de 300 projetos sociais que buscam reforçar a identidade negra. Na década de 1980, foram criadas 42 instituições; na de 1990, 74; e na primeira década dos anos 2000, foram fundadas outras 171 entidades sobre o tema. Ainda segundo o mapeamento, a maior parte desses projetos está concentrada na região Sudeste (40%), seguida das regiões Nordeste (33%), Sul (14%), Norte (10%) e Centro-Oeste (10%). Em relação às ações, as áreas de atuação mais presentes são a educação (31%), geração de renda (23%) e cultura e arte (19%). O levantamento será utilizado para a definição de políticas públicas para a área.

 <http://www.criarbrasil.org.br/>

Repórter Eco completa 18 anos

O programa Repórter Eco, da TV Cultura, completou 18 anos em fevereiro deste ano. Antes do assunto meio ambiente estar em alta como hoje, o programa já tratava de assuntos como o uso de recursos naturais, poluição, energia, água, entre outros. O telejornal começou com dez minutos de duração e surgiu por causa da Eco-92, que seria realizada em junho daquele ano e teria como resultado a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21 Global. Porém, devido ao interesse do público, passou a ser um telejornal semanal de meia hora desde então. Temas ambientais como a geração de lixo, o desperdício de materiais e a busca de políticas eficazes de reciclagem, assim como o uso de energias alternativas e não-poluíntes e a preocupação com a saúde humana continuam sendo tratados com seriedade pelo canal.

 www.tvcultura.com.br/reportereco



Normalização da responsabilidade social

Aron Belinky, especialista em responsabilidade social, fala sobre a criação da ISO 26.000, nova norma voltada para as empresas

Por Thaís Iannarelli

Consolidar uma linguagem comum e estabelecer diretrizes amplamente aceitas sobre responsabilidade social é o principal objetivo da ISO 26.000, que será publicada pela ISO (Organização Internacional para Normalização) até dezembro deste ano. Aron Belinky, pesquisador e consultor, especialista em responsabilidade social, sustentabilidade e consumo sustentável, como membro do comitê nacional formado na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é um dos brasileiros que participam da construção dessa nova norma.

Além de ser responsável pelo Grupo de Articulação das ONGs Brasileiras na ISO 26.000 (GAO), é também secretário executivo da Ecopress, primeira agência brasileira de notícias ambientais. Tem formação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Em 2009 foi o coordenador nacional da campanha global de ações pelo clima no Brasil (campanha TicTacTicTac). Desde 2006, é um dos responsáveis pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE/Bovespa) e, desde 2003, é consultor de pesquisas e métricas do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente.

Para a **Revista Filantropia**, Aron fala sobre a nova norma de responsabilidade social e como foi seu processo de criação

Revista Filantropia: *No que consiste exatamente a ISO 26.000?*

Aron Belinky: A nova normalização ligada à área de responsabilidade social, que inclui também as dimensões ambientais, econômicas e culturais, é uma espécie de “ponte” entre os grandes acordos internacionais relacionados à sustentabilidade e à justiça social (como a Agenda 21 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos) e o dia-a-dia das organizações.

Ela seleciona as expectativas contidas nesses acordos e as traduz em linguagem gerencial acessível. Com isso, terá um grande potencial transformador, com a capacidade de motivar e orientar mudanças na maneira como as empresas e quaisquer outras organizações atuam nas questões de responsabilidade social e sustentabilidade. Ela se baseia em quatro pilares. Primeiro, na transparência; segundo, no engajamento dos *stakeholders*, ou seja, na identificação e diálogo

com aqueles cujos legítimos interesses são afetados pelas decisões da organização; o terceiro é a definição do conjunto de temas que devem ser considerados. Ou seja, a empresa ou organização que se diz socialmente responsável não pode limitar-se a um só assunto, por exemplo, de meio ambiente, e ignorando todo o resto. É o conjunto que deve ser considerado. Não que você vá conseguir fazer tudo ao mesmo tempo, mas é preciso estabelecer prioridades coerentes. O quarto pilar é que não se pode agir como se a responsabilidade social começasse e terminasse dentro da própria organização. Os impactos de nossas ações devem ser considerados tendo em conta uma história que vem antes e outra que virá depois.

RF: E como é o processo do seu desenvolvimento?

AB: A produção da norma ISO 26.000 é um processo internacional. A ISO, sendo ela própria um tipo de ONG, uma associação, formou em 2005 um grupo de trabalho (GT) em que cada país tem um comitê de representantes, vindos de seis diferentes setores da sociedade: empresas, governo, trabalhadores, consumidores, ONGs e “outros”, incluindo as áreas de ensino, pesquisa e consultoria. O GT funciona com reuniões periódicas e, entre elas, por meio da internet. A próxima será em Copenhague, em maio de 2010. O GT se organiza de maneira muito dinâmica e flexível. Além dos representantes dos seis tipos de *stakeholders*, há um grupo de coordenação geral, e grupos com diferentes responsabilidades, como comunicação e captação de recursos. Isso além da equipe do conteúdo, e de um grupo técnico responsável pela efetiva redação da norma. O Brasil está muito presente no processo global, e ocupa posições importantes no GT.

RF: Com que embasamento foram criados os preceitos contidos na ISO para “qualificar” a responsabilidade social das empresas?

AB: Como mencionei, historicamente, por meio dos grandes acordos internacionais, a humanidade já determinou o que achamos certo. Então, achamos os direitos humanos uma coisa certa, por exemplo. O GT que produz a ISO 26.000 percebeu inteligentemente que não é ele que vai decidir o que é bom para a humanidade. Na verdade, ele precisa entender o que está escrito nessas declarações universais e filtrar aquilo que se aplica no cotidiano das empresas, trazendo isso para uma orientação de gestão. A ISO 26.000 compõe um conjunto de diretrizes de gestão.

RF: Qual é a participação das ONGs no processo de criação da ISO 26.000?

AB: Já em 2006 criamos o GAO, um fórum informal, aberto e claramente estruturado, para que as ONGs pudessem se informar e participar, já que se procurava a participação de diferentes segmentos da sociedade. Desde então, procuramos produzir informações por meio do site e boletins que publicamos, com o objetivo de se ter uma noção da expectativa das ONGs em relação à responsabilidade social. Basicamente, percebemos que é a ideia do compromisso ético com o meio ambiente e com a sociedade. Esse fórum nos deixou muito felizes, porque hoje tem uma boa quantidade de pessoas do Terceiro Setor que sabe do que estamos falando, podem participar e ajudar a multiplicar. Isso é uma boa conquista. Ao mesmo tempo, sentimos uma dificuldade de conversar com as ONGs, porque algumas ainda acham que essa normalização é coisa para empresas, e não para elas. Já ouvi de muitos representantes de entidades coisas do tipo: “sou uma ONG, tenho poucos recursos, muitas demandas, não posso usar meu tempo para isso”. Isso é compreensível, mas também se entende que a ISO 26.000 é uma ferramenta que pode ajudar.

RF: Quais são as principais mudanças que devem acontecer no comportamento das empresas para que a responsabilidade social se enquadre na ISO 26.000?

AB: Quando discutimos responsabilidade social vê-se muitas vezes uma tendência grande das coisas serem traduzidas apenas em rentabilidade, em custo/benefício. Este é um ponto importante, sem dúvida, mas quando se trata de sustentabilidade a questão principal devem ser os valores éticos. Outro ponto é a promoção da cidadania global e da democracia. Hoje existe um movimento geral dizendo que tudo que vem do governo é ruim, e o que vem do mercado é bom, e isso nem sempre é verdade. Assim, é sem dúvida importante conversar com os *stakeholders*, mas não se pode deixar os programas políticos e a ação legislativa de lado. Também é importante valorizar a autonomia da sociedade civil, porque é muito natural que os projetos de organizações apareçam onde tem dinheiro, e não necessariamente onde está a prioridade da comunidade ou associação. É preciso ter autonomia para propor e gerir projetos, mesmo com o investimento social de uma empresa. Essas precisam desenvolver a capacidade de perceber e respeitar as necessidades da comunidade, da sociedade e da causa, qualquer que seja.

Por que montar um conselho consultivo?



Marcelo Estraviz

falecom@captacao.org
Presidente da ABCR, empreendedor,
palestrante e escritor.

Uma coisa muito mal aproveitada no Brasil é o conselho consultivo. Mais uma herança maldita, dessa vez, da legislação brasileira, que obriga entidades a criarem seus conselhos fiscais. Quando pergunto como está composto o conselho consultivo de uma entidade, as pessoas começam a me explicar sobre o conselho fiscal que, no estatuto, gera nomes “para inglês ver”, uma espécie de obrigatoriedade sem utilidade. Eu explico que se a lei obriga, pois que se cumpra. Mas fazemos mais.

O que devemos montar o quanto antes é um conselho consultivo, que serve justamente para consultar. Devemos convocá-los uma vez, no máximo duas vezes por ano, e essa reunião deve ser tratada com cuidado, pompa e circunstância. Isso é bom para os conselheiros se sentirem importantes (o que de fato são) e porque agrega um componente fundamental para as organizações: a escuta da sociedade, do mundo exterior.

Estamos muito habituados a ficar fechados em nossos muros institucionais e os conselheiros nos trazem a realidade do mundo lá fora, além de oxigênio quando estamos muito viciados em um mesmo modelo.

Algumas entidades criaram conselhos científicos. Acho excelente e apoio, mas não é a mesma coisa. Um conselho científico é fundamental para garantir qualidade técnica para determinadas causas. Cabe perfeitamente termos um conselho científico e também um conselho consultivo, cada um com sua função.

A montagem de um conselho é um trabalho artesanal. Não há necessidade de ser montado de uma só vez. Reforço que somente o conselho fiscal é uma obrigação jurídica. O conselho consultivo, assim como o científico, é uma decisão da gestão, e não obrigatório. Sendo assim, pode-se criar uma política de atribuições dos conselheiros e um modelo de gestão para o conselho consultivo. Tudo isso deve ocorrer naturalmente, de acordo com o crescimento da entidade e a consciência dos gestores em saber usar bem seus conselheiros.

Eu sou conselheiro de algumas ONGs e confesso que me sinto pouco usado por elas. Poderia ser mais útil, se

me demandassem. Com uma delas (The Hub) tenho construído, junto com o gestor, uma política de desenvolvimento do conselho consultivo. Tem sido um trabalho muito prazeroso e que com certeza gerará subsídios que poderão ser aplicados em outras instituições.

Mas como montar um conselho? Eu tenho uma fórmula. Não é minha; li em algum texto americano e perdi a fonte, infelizmente. Uso essa fórmula nas minhas aulas e ela tem gerado sucesso. Explico: uso a mesma equação da sustentabilidade das fontes: três terços de tipos de conselheiros. Um primeiro grupo é o dos ricos. É importante ter gente rica em nossos conselhos porque eles têm duas grandes qualidades: a primeira é que são ricos, e a segunda é que têm muitos amigos ricos. Essa é a hora da gargalhada em minhas aulas. O segundo grupo deve ser constituído por gente famosa, que aparece na TV ou na revista Caras. Artistas prioritariamente. Evite os políticos porque isso pode gerar conflitos de interesse. Mais fácil é encontrar artistas que, de uma forma ou de outra, têm algo a ver com sua causa. O terceiro grupo de pessoas é o tipo mais comum: nós (outro momento de riso em minhas oficinas). Nós não somos ricos nem famosos, mas trabalhamos por uma causa. Inclua nesse grupo os fundadores, um ou outro acadêmico dedicado ao tema (se você não tem conselho científico), aquela voluntária da alta sociedade que organiza muitos eventos para a ONG e aquele líder comunitário do bairro da entidade.

Um conselho consultivo deve ter de 6 a 20 pessoas, mas esse número é a critério da entidade. Eu fiz consultorias para entidades que tinham 80 conselheiros. Isso já é improdutivo. Como era uma entidade antiga, eles iam adicionando conselheiros sem tirar alguns. Outras entidades tinham três conselheiros. Isso não dá nem um jogo de buraco em duplas. Precisavam de mais gente, para ter ao menos dois ricos, dois famosos e dois “normais”. São os seis iniciais.

Não há problema em tirar um conselheiro que você vê que não está sendo útil, desde que isso seja

combinado previamente no início da gestão de um conselheiro. Eu recomendo que eles tenham mandatos de três anos. Não todos ao mesmo tempo, pois dá trabalho mudá-los todos de uma vez. O ideal é ir repondo conselheiros aos poucos. Como não é algo que consta necessariamente do estatuto, você define o formato. O importante é criar uma boa sopa com os ingredientes necessários e ir temperando.

As reuniões de conselho devem ser minuciosamente estudadas pelo responsável por elas. Você deve criar uma reunião que permita uma interação entre os membros, que gere um ambiente amigável e virtuoso. O presidente do conselho e o gestor principal da entidade devem abrir a reunião apresentando rapidamente os membros novos aos antigos. E devem fazer isso informalmente, criando um clima de camaradagem. A seguir apresentam a pauta e o horário de término de reunião. Não deve durar mais que duas horas, no máximo três.

Os conselheiros são todos voluntários e, por isso, não devemos cansá-los. A seguir, vêm as apresentações. Convoque alguém de sua entidade para anotar todas as dicas e sugestões dos conselheiros. Para isso serve a reunião.

Nas reuniões nas quais o tema é o plano de captação, o captador apresenta em poucos tópicos a estratégia. Ele foi precedido pelo gestor, que apresentou as atividades do ano seguinte. O captador apresentará em seguida as ações de captação de recursos que serão necessárias para a realização das atividades da entidade.

O enfoque da reunião é fortemente captador. O objetivo é conseguir que alguns dos próprios

conselheiros já se comprometam ali mesmo a doar algum valor. Quando auxilio entidades nessas reuniões, costumo conversar dias antes com algum conselheiro que, em geral, se compromete a ajudar. E peço a ele que declare seu apoio na frente dos conselheiros na reunião. É uma forma de estimular os demais a mexerem no bolso.

Já participei de reuniões nas quais os conselheiros se comprometeram com mais da metade da meta de captação. O objetivo é sair da reunião com um real comprometimento dos conselheiros em conseguir os recursos, e não somente aquela coisa do tipo: “Ah, você pode falar com a empresa xis”. Quando disserem isso, você deve rapidamente dizer: “Você me ajuda a conseguirmos R\$ 50 mil com a empresa xis?” Ou ele se esquivava ou se compromete ali mesmo, na frente dos outros.

Aliás, esse é um dos grandes “baratos” das reuniões de conselho. Quando você tem um grupo bem equilibrado com os três terços, os ricos, para fazer bonito, querem mostrar aos artistas que têm dinheiro e doam ali mesmo. Os artistas, por sua vez, com sua capacidade de mobilização, comprometem-se a conseguir mais dinheiro fazendo um show ou evento. Os ricos, retrucando, dizem que vão conseguir mais dinheiro com amigos. Os “normais” (aqueles nem artistas nem ricos) se comprometem a organizar novos eventos arrecadadores. Eu adoro reuniões de conselho. É uma arte que ainda não assimilei completamente, quero aprender muito com isso. Espero ver florescerem mais conselhos consultivos para vermos juntos essa competição de quem ajuda mais. ☺

Os conselhos
consultivos são
ferramentas quase
inexistentes no Brasil e
altamente captadoras.
Junte em uma sala
um grupo de ricos, de
artistas e de ativistas e
veja os resultados

ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social



A função social da contabilidade das Entidades Benéficas de Assistência Social



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

A contabilidade das Entidades Benéficas de Assistência Social deve ser planejada, estruturada e organizada. Os gestores dessas entidades têm enorme responsabilidade na administração de seu patrimônio social. Patrimônio este que não pertence a seus associados, mas à coletividade. É um patrimônio do povo, e o povo é seu principal destinatário e seu próprio fiscal.

As Entidades Benéficas de Assistência Social, regra geral, são ou pretendem ser declaradas como de Utilidade Pública em seus vários níveis.

Por serem declaradas como de Utilidade Pública e certificadas como Entidades Benéficas de Assistência Social, essas instituições necessitam e devem se esmerar em cumprir fielmente seus objetivos estatutários e as normas legais aplicáveis às suas finalidades institucionais.

Assim, a contabilidade, ao controlar o patrimônio social dessas entidades, com suas mutações, declarará se as mesmas estão sendo bem administradas e se estão efetivamente aplicando seus recursos em seus objetivos institucionais.

A contabilidade das entidades benéficas se firmou como elemento essencial à sua gestão e passou a ser condição à sua sustentabilidade econômica e financeira. Enfim, a atividade contábil, como instrumento indispensável e fundamental à administração, testemunhará se a entidade está cumprindo plenamente suas finalidades. Portanto, para que a contabilidade possa atingir efetivamente seus objetivos, a entidade deve possuir um serviço contábil bem estruturado, organizado e coordenado.

A contabilidade deixou de ser mera escrituração que produzia um balanço e algumas demonstrações e se transformou em um sistema imprescindível de

informações aos gestores, aos associados e ao Estado. Isso exige que todos os dirigentes das entidades benéficas se mantenham em permanentes estudos e atualização contábeis.

Além de observar os fundamentos técnicos e científicos do trabalho contábil, a entidade deve possuir um plano de contas essencialmente tipificado ao seu caráter e às suas finalidades institucionais. O plano de contas deve estar em sua organização e em suas nomenclaturas contábeis, em conformidade com os princípios e com as normas brasileiras e internacionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Destaca-se, ainda, que o plano de contas deve estar atento às disposições estatutárias e legais.

As informações contábeis passaram a ter grande valor jurídico e social, na medida em que evidenciam os recursos captados, aplicados e o patrimônio social constituído, bem como as atividades que são desenvolvidas pela entidade benéfica, por meio de uma linguagem acessível e também contábil. A contabilidade, em uma perspectiva de dimensão social, busca evidenciar a integração econômica, financeira e patrimonial com a promoção humana e social.

Com a ampliação do universo de usuários das informações contábeis, é importante adequar estritamente as demonstrações contábeis às finalidades desenvolvidas pela entidade benéfica, buscando-se traduzir fielmente todos os projetos sociais planejados e desenvolvidos. De outro lado, a entidade deverá, além de divulgar seu relatório de atividades, elaborar e tornar público o seu balanço social como elemento e instrumento de prestação de contas à sociedade, ao governo e aos associados.

Para que a contabilidade possa atingir seus objetivos, é fundamental e necessário que possua controles

internos seguros, e que seja assistida por eficiente trabalho de auditoria interna e externa e assessoria jurídica competente.

Por fim, observando os princípios éticos e no cumprimento das normas legais, adotando mecanismos de controle e transparência em sua gestão e administração, a entidade indubitavelmente apresentará, por meio das demonstrações contábeis, sua responsabilidade social.

Com essas atitudes, a contabilidade demonstrará o atendimento à sua missão, ou seja, às suas finalidades institucionais. A lei nº 12.101/2009 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

A nova lei que regula a vida das instituições exige que possuam perfeita organização jurídica, contábil e administrativa. Suas exigências são objetivas e, portanto, estabelecem que as entidades possuam eficientes controles internos para o fiel cumprimento das normas legais.

Para a obtenção da certificação ou de sua manutenção, a entidade beneficente, seja na área da educação, da saúde ou da assistência social, deve contar com controle contábil bem estruturado e organizado, pois essas áreas exigem controles específicos para comprovar o atendimento às exigências legais.

O cumprimento ao art. 29 da referida lei comprova a necessidade de que as entidades beneficentes tenham uma boa organização e um eficiente controle contábil:

Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de dez anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O art. 33 da lei nº 12.101/09 exige das entidades com atividades mistas

que mantenham uma escrituração contábil segregada por área (educação, saúde, assistência social), de modo a evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada.

Art. 33. A entidade que atue em mais de uma das áreas a que se refere o art. 1º deverá, na forma de regulamento, manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada.

Em conclusão, a contabilidade é o instrumento indispensável à boa administração e à gestão das Entidades Benéficas de Assistência Social. Portanto, a lei nº 12.101 veio reconhecer e fortalecer o papel dos profissionais contabilistas e, ainda, demonstrar por meio de seus artigos a importância da contabilidade ao controle social e ao desenvolvimento dos programas e projetos de assistência social. 

A contabilidade das entidades beneficentes se firmou como elemento essencial à sua gestão e passou a ser condição à sua sustentabilidade econômica e financeira

Principais reflexos contábeis



Ivan Pinto

ivan@audisaauditores.com.br
Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis e pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor.



Ricardo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br
Advogado, contador, auditor e membro da Audisa Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP. Atua como editor da Revista Filantropia.

Em novembro passado, foi publicada no Diário Oficial da União a lei federal nº 12.101/2009, que dispõe sobre a “certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social”.

Essa nova legislação trata da isenção de contribuições sociais/renúncia fiscal e da certificação para as entidades beneficentes de assistência social (critérios e formalizações), e estabelece que as entidades beneficentes podem ter finalidades de prestação de serviços de saúde, educação ou assistência social.

A lei abre espaço para que novas entidades, inclusive aquelas detentoras de outros títulos (Oscips), busquem essa certificação, desenvolvam seus projetos e usufruam aquela “isenção” tributária.

Entre as novidades, encontramos a segregação dos pedidos de certificação em função da atividade principal da entidade e de acordo com seu cadastro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disso, podemos esperar, além de regulamentações específicas, maior acompanhamento e detalhamento nas prestações de contas junto a esses ministérios.

A adequação da contabilidade de uma entidade sem fins lucrativos se inicia no plano de contas e este, por sua vez, deve estar lastreado no Estatuto Social, nas normas técnicas e legais aplicáveis. Por esse motivo, antes da reestruturação contábil deve-se avaliar e adequar o Estatuto Social da entidade conforme a nova lei e sua regulamentação.

O estatuto deve dispor sobre as finalidades, serviços, fontes de sustento e atividades-meio, e tudo isso deverá ser retratado pela contabilidade de modo segregado.

Por meio da escrituração contábil, as entidades poderão demonstrar todas as atividades desenvolvidas conforme seu estatuto. E, para isso, será necessário estabelecer critérios de alocação segregada dos valores de receitas, custos, despesas e patrimônio.

Todos os critérios devem ser previamente discutidos, aprovados pela diretoria e “manualizados” para implantação e monitoramento.

A seguir, descrevemos os principais reflexos contábeis da lei nº 12.101/09, bem como os requisitos para manutenção e/ou renovação do certificado.

Saúde

- Elaboração de controles internos: criar processos que formalizem e comprovem o cumprimento do acordo com o SUS ou equivalente – dados qualitativos e quantitativos;
- Nota explicativa específica que aponte esses dados e seus respectivos custos dos serviços prestados (internações e serviços ambulatoriais);
- Nota explicativa específica que indique os serviços prestados e suas receitas de modo segregado (SUS, convênios e particulares) em número, valores e percentual de atendimento;
- Na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo exigido de atendimentos aos SUS (60%) por falta de demanda, declarada pelo gestor local do SUS, a entidade deverá demonstrar contabilmente o cumprimento do seguinte critério:

Quantidade atendimento (%)	% em gratuidade sem receita bruta
Atendimento SUS < 30	20
Atendimento SUS entre 30 a 50	10
Atendimento SUS > 50	5

- O percentual deverá ser aplicado sobre a receita bruta da entidade e, até o momento, não existe conceituação própria para esse fim sobre os valores que integram a receita. Isso poderá dar margem para que possa ser considerada a somatória das receitas;
- A contabilidade deverá demonstrar, em nota explicativa específica, a composição da receita bruta, bem como o número de atendimentos SUS e a complementação de serviços gratuitos de saúde e seus custos;
- As entidades que possuam contratos de gestão-saúde deverão observar as regras dessas parcerias, bem

da Nova Lei da Filantropia

como a evidenciação do atendimento às cláusulas e os atendimentos que integram o montante de gratuidades concedidas;

- As entidades que utilizam os projetos de apoio deverão evidenciar seus custos e o montante das isenções usufruídas.

Educação

- Demonstrar, em nota explicativa específica, a adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE);
- Evidenciar a composição da receita-base:
 - a. A lei nº 12.101/09 determinou que as entidades de educação devem conceder 20% da receita efetivamente recebida nos termos da lei nº 9.870/99 em gratuidades na educação básica. Por esse motivo, sugere-se que a entidade tenha controles internos que analisem mensalmente essa obrigação e, ao final do exercício social, elabore nota que comprove o cumprimento dessa exigência;
 - b. Vale ressaltar que as entidades devem continuar a observar o regime de competência para reconhecimento e registro de suas receitas e despesas;
 - c. As entidades devem verificar os controles de pagantes, bolsistas (integrais e parciais), descontos e outras ações sociais;
 - d. Adotar contratos e documentos que “materializem” essas gratuidades na forma de lei.
- Nota explicativa que demonstre o cumprimento do artigo 13, que assim dispõe: “no mínimo uma bolsa integral a cada nove alunos pagantes” e seus respectivos valores;
- Evidenciar as bolsas parciais de 50% para completar o número acima e seus respectivos valores;
- As entidades de ensino superior e que também atuam na educação básica deverão observar do disposto no artigo 10 ou 11 da lei federal nº 11.096/05 (ProUni).

- a. Às entidades beneficentes que não aderiram ao ProUni aplica-se o disposto no artigo 10, que determina o emprego de 20% da receita bruta em gratuidades na forma daquela lei;
- b. Às entidades beneficentes que aderiram ao ProUni aplica-se o disposto no artigo 11, que determina o emprego de 20% da receita recebida em gratuidades na forma daquela lei;
- c. Em qualquer situação, a entidade deverá registrar e evidenciar suas receitas, despesas e gratuidades da educação básica e do ensino superior, bem como o cumprimento dos termos do ProUni (se aplicável) na escrituração contábil e suas notas explicativas.
- As entidades que complementarem suas gratuidades com ações assistenciais, programas de apoio aos bolsistas ou bolsas em unidades específicas, deverão segregar e evidenciar esses atendimentos e seus custos, sempre observando o limite legal desse montante em relação ao total.

Assistência social

Vale salientar que a lei nº 12.101/09 considera entidade de assistência social aquela que presta serviços ou realiza ações assistenciais de maneira gratuita e ao público da assistência social, conforme lei nº 8.742/93 – Loas.

- Elaboração de controles internos que tragam informações consistentes e necessárias para comprovação de serviços socioassistenciais desenvolvidos pela entidade para elaboração das demonstrações contábeis. Dentre elas, podemos citar: formalização dos projetos sociais; comprovação dos custos com documentos hábeis; resultados qualitativos e quantitativos; escrituração contábil por programas, serviços e projetos sociais desenvolvidos;
- Notas explicativas específicas em que constem as seguintes informações mínimas: descrição do registro da entidade ou projetos sociais nos Conselho Municipal de Assistência Social, CMDCA e outros;

A contabilidade é ferramenta fundamental de gestão e também uma exigência para atender à lei nº 12.101/09, com vistas à manutenção da certificação

- Recomendação para que os projetos sociais desenvolvidos sejam informados, tomando como sugestão a tipificação das ações conforme resolução CNAS nº 109/09; contabilização segregada: proteção social básica, média e alta complexidade; demonstração dos custos envolvidos por projeto e as respectivas rubricas contábeis.

Além dos reflexos contábeis mencionados, podemos citar outros controles internos, cuidados e obrigações contábeis que as entidades devem cumprir para obter ou manter a certificação e a isenção das contribuições sociais:

- Apresentar certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – acompanhar mensalmente;
- Escrituração contábil regular que registre receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, de acordo com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (acompanhamento permanente);
- Evidenciar contabilmente que a entidade se mantém sem fins lucrativos;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de dez anos contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária. Tais obrigações independem do recolhimento ou pagamento de impostos ou contribuições. Elas estão vinculadas com a obrigação

principal (prestação de serviço ou venda), independente de contrapartida;

- Apresentar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente quando a receita bruta anual auferida for superior a R\$ 2,4 milhões por exercício;
- As entidades mistas deverão manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar patrimônio, receitas, custos e despesas de cada atividade desempenhada. Isso significa que as entidades beneficentes devem reestruturar seus planos de contas segregando por área (saúde, educação, social e outras atividades), bem como suas demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstrativo do superávit ou déficit do exercício).

Podemos concluir que, com todas essas obrigações contábeis, aumentou a responsabilidade do profissional contabilista e a importância da informação contábil, pois será por meio dela que asseguraremos maior transparência, segurança e credibilidade nas informações perante os associados, a sociedade, parceiros e órgãos fiscalizadores.

A contabilidade é ferramenta fundamental de gestão e também uma exigência para atender à lei nº 12.101/09, com vistas à manutenção da certificação e à isenção das contribuições sociais dessas entidades.

E, como ferramenta de gestão às entidades do Terceiro Setor, pode agregar valores e contribuir para o processo decisório, captação de recursos, prestação de contas e para o correto enquadramento legal e fiscal. Por este motivo, a escrita contábil e as demonstrações poderão servir para a avaliação e até o julgamento das entidades em geral. 

sustent@correlações

www.sustente.org
sustente@sustente.org



sustentabilidade na prática
estratégia inteligente
comunicação transparente
despertamento de consciências
novos negócios para novos tempos





newdbase :::
DATABASE MARKETING

Conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento

Pensando em suprir as necessidades das instituições do terceiro setor a Newdbase, após anos de experiência em Database Marketing, conseguiu reunir conhecimento e tecnologia para auxiliá-lo no que tange a banco de dados e informações sobre o perfil de Doadores Efetivos.

Através de pesquisas de mercado com doadores para as instituições neste setor, a Newdbase identificou perfis de pessoas com o hábito de efetuar doações, que reúnem características específicas e importantes diferenciais que os distinguem e que podem ser explorados como novos e efetivos doadores nas sua ações de marketing dirigido.

Se a sua Instituição visa ampliar, melhorar o relacionamento ou obter resultados mais efetivos, entre em contato conosco, nossos consultores terão prazer em ajudá-lo para que você possa atingir seus objetivos.

Newdbase, Informações com excelência em resultados.

Elaborando um projeto de voluntariado

Ações planejadas e organizadas podem garantir o sucesso do trabalho voluntário. No entanto, muitas atividades sociais se iniciam para resolver problemas emergenciais. Na urgência de solucionar algo, nem sempre o plano é seguido à risca, o que compromete os resultados.

Ao desenvolver uma série de projetos e trocar experiências com grupos de voluntários, detectamos que projetos estruturados têm grandes possibilidades de obter êxito. Vários deles reúnem algumas características que podem ser sintetizadas nas seguintes etapas: motivação, convocação, diagnóstico, elaboração do projeto, ação, reflexão, registro e continuidade.

Apresentaremos alguns procedimentos que podem ser acompanhados como um fio condutor à elaboração de projetos de voluntariado. No entanto, é a realidade local que determinará a necessidade de pular algumas ou reforçar outras fases.

Motivação

Entre tantos atores e cenários, o interesse em iniciar ou participar de um projeto de voluntariado geralmente parte da identificação com a causa, ou da necessidade de responder a uma demanda da sociedade. Há também casos em que a inquietude inicial brota durante uma atividade ou pela compreensão da própria experiência de vida.

A motivação depende do grau de consciência que a comunidade tem diante dos problemas

comunitários. O importante é manter o grupo motivado do início ao fim do projeto. Para isso, é fundamental que todas as etapas sejam construídas coletivamente e que cada um conheça o seu papel e saiba como participar.

Convocação

Para reunir um grupo, é preciso convocar. Convocar é convidar, chamar, informar, conquistar o interesse e o apoio, integrar e comprometer a comunidade em torno de um só objetivo.

É verdade que existem projetos que não comportam um grande número de participantes. Ainda assim, é importante estender o convite para potenciais agentes da ação e para os destinatários.

Diagnóstico

A ação vai depender do diagnóstico. Diagnosticar significa identificar as reais necessidades da pessoa, do grupo ou da organização social que receberá a ação voluntária. É também nesta etapa que se conhece o perfil dos participantes, analisando-se quanto tempo, trabalho e talento os voluntários poderão oferecer ao projeto para que, posteriormente, possam ser considerados no plano de ação.

Recomenda-se que, no diagnóstico, sejam levadas em consideração a opinião e a necessidade do público que será atendido. A perspectiva dos representantes da comunidade enriquece o processo de

diagnóstico participativo. É necessário, portanto, que o tempo e o esforço dedicados a essa etapa sejam proporcionais ao desenvolvimento total do projeto, e que conduzam à ação.

Elaboração do projeto

Antes da ação propriamente dita, é necessário colocar no papel todas as ideias que norteiam o projeto. Essa fase vai ajudar o grupo a ter clareza do processo e do desenvolvimento como um todo.

Ao criar o plano, é preciso responder às seguintes questões: O que é o projeto? Por que fazê-lo? Para quem? Como criar e executar as atividades? Quando as ações acontecerão? Qual o prazo para cada uma das tarefas? Quem será o responsável pela execução? Quais e quantos recursos humanos, materiais e financeiros estão disponíveis? Há possibilidade de parcerias?

Ação

Momento de realizar a atividade. Chegou a hora de colocar em prática tudo o que foi discutido e planejado.

Reflexão

Refletir é essencial e deve permear todas as etapas do projeto. Sempre que necessário, o grupo deve trocar impressões e ideias para ver se o resultado da ação corresponde ao esperado. Trata-se de uma oportunidade de pensar sobre o que deu certo e os impactos das ações realizadas para poder corrigir erros, valorizar os acertos e, eventualmente, fazer modificações. Pode-se também analisar se as etapas

previstas foram cumpridas e se os objetivos foram alcançados.

Registro

A experiência pode ser divulgada, ampliada, analisada, revisada e reeditada se houver o registro das ações realizadas. A partir daí, será formada uma base comum de dados, conhecimento e informação, fazendo com que seja fácil perceber os impactos, os resultados, as dificuldades e as conquistas do projeto.

O material registrado permite melhor comunicação e difusão do projeto. O apoio e a participação de outros estão diretamente relacionados à clareza da informação oferecida e à possibilidade de avaliar o impacto do projeto baseado em dados reais e mensuráveis.

Continuidade

A duração de um projeto varia bastante. No entanto, mesmo para aqueles que duram anos, é necessário pontuar etapas de

início, meio e fim, para que seja possível mensurar e comemorar os resultados parciais e seguir adiante.

Reconhecimento e comemoração

Reconhecer e comemorar são procedimentos fundamentais em projetos sociais, mas nem sempre são lembrados. Valorizar, estimular e reconhecer ações de voluntariado são gestos que promovem o comprometimento.

O reconhecimento e a celebração são fundamentais para fortalecer a autoestima dos envolvidos. É o momento de reconhecer o serviço prestado à comunidade e incentivar a participação em novos projetos. 

Para reunir um grupo, é preciso convocar. Convocar é convidar, chamar, informar, conquistar o interesse e o apoio, integrar e comprometer a comunidade em torno de um só objetivo



MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

A contrapartida da empresa

Para um programa de voluntariado empresarial ter sucesso é necessário adequar a contrapartida da empresa à sua cultura organizacional



Para promover um programa empresarial de voluntariado é necessário que haja dedicação da empresa. Isso porque sem investimento de profissionais, comunicação, capacitação, tempo e dinheiro, a iniciativa não decola. O programa empresarial de voluntariado é o apoio formal da empresa à prática voluntária de seus colaboradores. Apoiar requer um planejamento adequado.

Geralmente as empresas definem no começo do programa qual será seu papel de apoiador. Existem algumas possibilidades: a liberação da infraestrutura da empresa (salas e materiais multimídia), doação financeira para ONGs, contratação de consultoria ou de capacitações. Cada empresa dá sua contrapartida ao programa de acordo com sua cultura organizacional.

Um exemplo realizado em Curitiba pela empresa ExxonMobil inovou em termos de voluntariado empresarial no Brasil. Com os exemplos de programas realizados na empresa em outras partes do mundo, a ExxonMobil criou o Volunteer Involvement Program (VIP) que, por meio de uma parceria com o Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), incentiva a prática do voluntariado entre seus colaboradores e, em contrapartida, faz doações para as ONGs nas quais colaboradores e familiares da empresa realizam atividades voluntárias.

O VIP tem um site específico no qual o funcionário ou colaborador da empresa pode encontrar vagas de trabalho voluntário. Após realizar 20 horas de voluntariado, o participante preenche um formulário com dados sobre a instituição beneficiada e sua atuação. Após a verificação do CAV, a empresa doa para a ONG uma quantia financeira específica, de forma a estimular o trabalho voluntário. O programa tem um regulamento próprio para organizar as doações que define regras, procedimentos e número de pedidos de doação por voluntário.

Após seis meses, os resultados do programa já são visíveis para todos os envolvidos. Os voluntários se sentem motivados para colaborar, as instituições recebem mais voluntários e também encontram uma nova forma de mobilização de recursos financeiros. A empresa faz investimento social privado e se beneficia com a humanização e novas habilidades de seus colaboradores.

Este é um exemplo estruturado de contrapartida em um programa empresarial de voluntariado que também colabora com o desenvolvimento do Terceiro Setor na cidade.

As formas e estratégias da contrapartida de uma empresa podem ser as mais variadas; o importante é respeitar a cultura da empresa, dos colaboradores e da comunidade local, buscando em todas elas aumentar o impacto social das ações voluntárias e do investimento financeiro. 



Link 
www.acaovoluntaria.org.br

e-mail @
acao@acaovoluntaria.org.br

Telefone 
(41) 3322-8076



VISÕES
PARA 2020

6º CONGRESSO GIFE SOBRE
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Faça parte do encontro que irá discutir as questões cruciais para pensar o Brasil nos próximos 10 anos.

O 6º Congresso GIFE reunirá cerca de **1000 lideranças nacionais e internacionais** com o objetivo de **alinhar visões** em busca do **Brasil** que queremos e debater o papel do investimento social nessa construção.

TEMAS

- Aprendendo com os erros: fracassos no ISP
- Equidade racial e o seu papel no desenvolvimento do Brasil
- Legitimidade da sociedade civil e o marco regulatório
- Desafinados: governo, empresa e comunidade na educação brasileira
- Pequenas e médias empresas: alternativas para o investimento social
- Juventude: o perfil do jovem no Brasil em 2020
- Governança: quem é dono dos institutos e fundações empresariais?
- Outros caminhos: inovação e investimento social de risco
- Qual avaliação cabe para seu projeto?
- Discutindo a relação: o investidor, a ONG e a comunidade
- Mudanças climáticas e o papel do ISP no Brasil
- Bye bye Brazil: as ONGs diante da saída dos recursos internacionais

REALIZAÇÃO:



www.gife.org.br

Inscreva-se!

Confira a programação completa no site
www.congressogife.org.br

7 a 9 de abril de 2010 Rio de Janeiro
Sheraton Rio Hotel & Resort

PATROCINADORES:



Parcerias que dão certo

Mesmo enfrentando dificuldades com empresas não acostumadas a investirem no Terceiro Setor, empreendedores sociais conseguem firmar convênios e manter projetos fundamentais para a sociedade

Por Luciano Guimarães

O sucesso de projetos sociais geridos por ONGs no Brasil não depende apenas da boa vontade dos diretores das entidades, dos voluntários que prestam serviço ou do poder público – no repasse de recursos quando são celebrados convênios –, mas também da sensibilidade de uma parcela crescente de empresas privadas.

As dificuldades em se tocar um projeto sempre existirão e serão proporcionais ao porte e aos objetivos da entidade. E, certamente, quanto menos projeção na mídia e na sociedade tiver a instituição, mais difícil será sua luta diária (veja a primeira parte da reportagem sobre este tema – Luta árdua e desigual – páginas 20 e 21 da edição 44 da **Revista Filantropia**).

Hoje, a participação das empresas é fundamental para o sucesso de iniciativas como o Projeto Tamar-ICM Bio, patrocinado pela Petrobras e apoiado por parceiros como Arcor, Arcelor Mitall, Celpe e Deten Química.

Na mesma linha, a ONG SOS Mata Atlântica atua em diversos projetos, com destaque para o ClickÁrvore, que já recebeu doação equivalente a 23,7 milhões de árvores e que conta com a parceria do Grupo Abril e o patrocínio do Bradesco. A entidade tem ainda parceria com o Grupo Pão de Açúcar para a venda das famosas sacolas retornáveis (*ecobags*) fabricadas 100% com garrafas PET.

Outro exemplo que vem dando certo é o da ONG Ipê Instituto de Pesquisas Ecológicas, possuidora do título de Oscip, cujos projetos recebem o patrocínio de empresas como Alpargatas/Havaianas, Grupo Martins, Faber Castell, Vivo, Bimbo, Bovespa Social, O Boticário, Banco Triângulo S/A, Danone, entre outras.

No caso específico da Alpargatas, a parceria com o Ipê Instituto de Pesquisas Ecológicas é do tipo Marketing Relacionado à Causa (MRC), no qual 7% do lucro líquido das vendas das sandálias da coleção Havaianas-Ipê é revertido para a entidade para a formação de um fundo de conservação.

Além de apoiar o Ipê, a Alpargatas recentemente fechou convênio nos mesmos moldes com a ONG Conservação Internacional, que receberá 7% das vendas líquidas das sandálias Havaianas Conservação Internacional.

“Os recursos serão destinados a projetos socioambientais no litoral do Brasil, que aliam conservação da biodiversidade marinha a práticas harmônicas de uso dos recursos naturais, como a pesca sustentável e o ecoturismo”, conta Marcelo Fibe de Cicco, diretor de marketing da marca Havaianas. “Nossa estratégia é firmar poucas, mas eficazes parcerias com organizações sérias e com credibilidade, cujo foco de atuação é o Brasil”.

A Natura é outra empresa que apoia o Ipê, por meio de um campus onde está sendo oferecido mestrado – aprovado pela Capes/MEC – pela Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas). “Trata-se de um dos maiores empreendimentos desenvolvidos entre uma ONG e uma empresa do setor privado”, define Suzana Padua, presidente do Ipê, que recentemente recebeu o Prêmio Empreendedor Social 2009, realizado pela *Folha de S. Paulo* e Fundação Schwab.

Segundo ela, o empreendedorismo social é uma área que tem despertado interesse cada vez maior em diversos setores, especialmente das grandes empresas. O equilíbrio entre as demandas dos parceiros precisa ter uma perfeita sintonia para que não desafine.

“Em uma parceria, um lado não deve impor-se em relação ao outro nem ceder seus princípios para agradar o parceiro. O diálogo pode ajudar a evitar que, por conta de recursos, uma ONG abra mão de sua missão para desempenhar o que uma empresa demanda, por exemplo. A empresa também não deve ser apenas repassadora de recursos, pois o envolvimento com a causa com a qual está se associando pode trazer satisfações muito além de manter uma boa imagem pública”, argumenta Suzana.

Interior

Uma parte considerável dos empreendedores sociais começa a trilhar um caminho que muitos outros profissionais já desbravaram – o interior do país, especialmente nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O Ipê Instituto de Pesquisas Ecológicas, por exemplo, desenvolve mais de 50 projetos espalhados em seis regiões do Brasil, com destaque para os viveiros de árvores nativas com os assentados do Pontal do Paranapanema (SP) e para o Projeto Café com Floresta, no qual o café é plantado juntamente com árvores nativas que o protegem de geadas.

“Esses projetos fornecem renda às famílias participantes e, ao mesmo tempo, enriquecem a paisagem e a biodiversidade regional. Iniciativas como essa são o que chamamos de “win-win” ou “ganha-ganha”, pois tanto as pessoas como o ambiente saem beneficiados e integrados”, frisa Suzana Padua.

Em Tocantins, o plano assinado pelo Vektor Brasil, grupo fundado em 2006 por estudantes da Unicamp, Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi finalizado e está em fase de implementação. Em Palmas, o projeto ainda está em fase inicial. Os gestores da entidade resolveram concentrar suas forças no incremento de projetos e planos de desenvolvimentos para pequenos e médios municípios, que geralmente ficam em segundo plano na distribuição de recursos federais e estaduais. Assim, criaram o Vektor Cidades, empreendimento do Vektor Brasil, com foco nesse tipo de trabalho.

“O intuito é conduzir esses municípios a patamares próximos aos dos observados em países desenvolvidos, a médio e longo prazo”, explica o engenheiro mecânico José Frederico Lyra Netto, presidente da ONG Vektor Brasil. De acordo com o gestor, o grupo atua mostrando os conceitos básicos do trabalho tanto no âmbito social quanto no campo da gestão pública e da capacitação profissionais dos servidores. “Buscamos a qualidade da educação, o caráter preventivo da saúde básica, reduzir a pobreza e



a desigualdade e reforçar a identidade local, entre outras ações”, argumenta.

“Além de tratarmos da questão dos incentivos aos profissionais da área pública, propomos maneiras de reduzir a dependência fiscal da cidade de repasses externos, como está acontecendo, por exemplo, em Araguaçu, com o projeto Araguaçu 2020 (Plano de Desenvolvimento de Araguaçu).

Mesmo com todas as dificuldades que o empreendedorismo social vem encontrando para se desenvolver no Brasil, existem muitos casos de sucesso. Mesmo assim, é evidente que ainda falta muito para se aproximar dos países ricos, onde o apoio a projetos sociais é histórico e cultural.

“As fundações estrangeiras são inúmeras, e não só as empresas, mas as famílias abastadas, fundam organizações para apoiarem causas diversas. No Brasil, o número de fundações empresariais é bem menor, e as familiares, quase inexistentes”, lamenta Suzana.

Com tal afirmação, a gestora traduz o sentimento da maioria dos empreendedores brasileiros: apesar das muitas dificuldades e frustrações, persistência, perseverança e muito trabalho são os ingredientes para vencer os desafios. ♻️

Projeto desenvolvido pela entidade Vektor Brasil sendo implantado na cidade de Araguaçu (TO)

Links

www.brasiljunior.org.br
www.clickarvore.com.br
www.conservation.org.br
www.ipe.org.br
www.schwabfound.org
www.sosmatatlantica.org.br
www.vektorbrasil.org

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

Congresso



MODELOS DE PARCERIAS
ENTRE PODER PÚBLICO
INICIATIVA PRIVADA
E TERCEIRO SETOR

Objetivo

Debater sobre os atuais modelos de Parcerias, destacando iniciativas de sucesso e desafios a serem superados.

**13 e 14
de Abril**

SESC Vila Mariana

Metodologia

O Congresso pretende oferecer um espaço de troca de experiências por meio de palestras com profissionais especializados. Cada mesa de discussão será composta por pelo menos um representante do Poder Público, um da Iniciativa Privada e um da Sociedade Civil Organizada.

Temas

Meio Ambiente,
Assistência Social,
Geração de Trabalho e
Renda,
Educação e Cultura

Realização



Inscrições

www.santosmartires.org.br

Vagas Limitadas

Contato

eventos@santosmartires.org.br

O ProUni e a entidade filantrópica



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.adv.br

Advogado, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, consultor jurídico do Terceiro Setor, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

O governo federal, sob o aforismo da erradicação da desigualdade, criou, por comando do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Universidade para Todos (ProUni), que possui como âncora o acesso dos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos à universidade privada.

Nesse programa se trava uma parceria entre o Estado e a universidade privada, sendo que a parte que incumbe ao Estado é conceder a alforria, por meio de isenção fiscal, e à universidade privada, em contrapartida, conceder as bolsas de estudos. Assim, logo se percebe que a sedução é mútua e, por isso, cabe parafrasear Nelson Rodrigues: “o dinheiro compra até amor sincero”.

A entidade filantrópica que faz a ação social por meio da educação também figura como ator deste cenário. Primeiramente por ser uma universidade privada de interesse público, e, em segundo lugar, porque sua condição a conduz a uma situação privilegiada perante as demais, pois a Constituição Federal consigna prioridade nas parcerias do Estado com as entidades tidas como filantrópicas.

Lei do ProUni

Mergulhando na Lei do ProUni, nº 11.096/05, há imposição de uma condição *sine qua non* para que a instituição privada possa ser considerada entidade filantrópica¹ e receber o privilégio fiscal previsto em tal lei: a oferta de, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, para cada nove estudantes pagantes, ainda que a instituição de ensino superior atue também no ensino básico ou em área distinta da educação.

E mais: consta ainda a obrigatoriedade das filantrópicas comprovarem a aplicação em gratuidade de ao menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de

bens não-integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.

Para o cumprimento do referido percentual de gratuidade, a lei dispõe que poderão ser contabilizadas, além das bolsas integrais, as bolsas parciais de 50 ou de 25% em programas não-decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

Didaticamente, a Lei do ProUni impõe os seguintes requisitos para que a entidade possa ser reconhecida como filantrópica e também para que seja isenta dos seguintes tributos:

- I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- II. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- III. Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social;
- IV. Contribuição para o Programa de Integração Social.

Primeiro requisito	Segundo requisito	Terceiro requisito
Aplicar regra de 9x1	Bolsas integrais e parciais de 25 e 50%	Que as bolsas e ações sociais representem ao menos 20% da receita bruta, exceto recurso público

Nova Lei das Filantrópicas acareada com a Lei do ProUni

Muito embora haja essa previsão em lei específica acerca da participação da filantrópica no ProUni, recentemente nasceu outro ordenamento jurídico que, no mínimo, suscita um conflito de leis, pois:

- a) como visto acima, a Lei do ProUni impõe requisitos para que a entidade de educação seja reconhecida como filantrópica, os quais não foram literalmente revogados pela nova Lei da Filantropia, nº 12.101/09;
- b) a nova lei prevê outros requisitos econômicos², que não aqueles previstos na Lei do ProUni, para que a entidade seja reconhecida como filantrópica:

Trava-se uma parceria entre o Estado e a universidade privada, sendo que a parte que incumbe ao Estado é conceder a alforria, por meio de isenção fiscal, e à universidade privada, em contrapartida, conceder as bolsas de estudos

Primeiro requisito	Segundo requisito	Terceiro requisito
Aplicar regra de 9x1	Bolsas integrais e parciais de 50% A entidade também poderá contabilizar o montante destinado a ações assistenciais, bem como o ensino gratuito da educação básica em unidades específicas, programas de apoio a alunos bolsistas, tais como transporte, uniforme, material didático, além de outros, definidos em regulamento, até o montante de 25% da gratuidade	Aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida em mensalidades escolares

Observe que não há previsão para a entidade de educação praticar gratuidades por meio de bolsas parciais inferiores ao percentual de 50%, como admite a Lei do ProUni.

Outro dado importante diz respeito à base de cálculo da gratuidade, pois a Lei do ProUni prevê que ela deve ser aplicada sobre a Receita Bruta, que envolve mensalidades escolares, aplicações financeiras, locações, doações particulares e vendas de bens não-integrantes do ativo imobilizado.

Já a nova lei prevê incidência apenas sobre a receita de mensalidades escolares efetivamente recebidas, cuja equação representa uma diferença significativa no caixa filantrópico.

- c) A nova lei apenas permite que sejam aplicadas as regras do ProUni pelas entidades que possuam atividade mista, isto é, que possuam como missão a assistência social ou a saúde, além da educação superior:

Quarto requisito
Para a entidade que, além de atuar na educação básica ou em área distinta da educação, também atue na educação superior, aplica-se a regra do ProUni, ora disposta no art. 10 da lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Diante disso, é fácil deduzir que o conflito das leis, no que tange aos requisitos para que a entidade seja reconhecida como filantrópica, está instaurado, o que remete a entidade a uma insegurança jurídica, a qual precisa ser dissecada a fim de se evitarem sequelas financeiras derivadas de aferições fiscais futuras.

Solucionando o conflito

A resolução do conflito de normas está permeada na Lei de Introdução do Código Civil, decreto-lei nº 4.657/42:

“Art. 2º – Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 1º – A

lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”.

A nova lei dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Assim, o artigo 10 da Lei do ProUni, que aduz: “a instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, *somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social*” ..., foi intrinsecamente revogada, pois a nova lei regulou inteiramente a matéria.

Nesta linha de entendimento, a entidade que atua somente na educação superior, para fins de ser reconhecida como entidade filantrópica e lutar pelo direito a lutar pelo benefício da isenção, deve atender a nova lei, e não a Lei do ProUni.

A resenha de tal enquadramento legal veda a entidade de educação superior de praticar, por exemplo, a gratuidade parcial abaixo de 25%, ainda que prevista tal hipótese na Lei do ProUni.

Entretanto, a entidade filantrópica de educação superior que também atua em outras áreas, ou seja, a entidade mista, deverá respeitar todos os requisitos da lei nova; porém, poderá aplicar seus recursos no financiamento de bolsas em percentuais de 25%, eis que permitido se utilizar da regra do ProUni pela própria lei nova para o fim de contabilizar tais gratuidades parciais.

Por outro lado, a entidade de educação, ainda que filantrópica, que vislumbre apenas os benefícios fiscais previstos na Lei do ProUni e que não tenha pretensão de se aproveitar dos demais benefícios da isenção previdenciária, pode aderir ao ProUni e atender as regras daquela lei, ignorando os requisitos da nova lei, o que implicará na renúncia do *status* filantrópico. Nesta hipótese, o sinônimo da melhor alternativa será a equação financeira, e não a solução jurídica.

Enfim, conclui-se que o Brasil vive uma “disenteria jurídica”. Até os mais letrados pelem para decifrar a tamanha avalanche legal e, por isso, aceitar o desafio de minorar as dúvidas do leitor foi uma árdua tarefa, mas que se revelou um gesto de cidadania.

A lei nem sempre traduz seu verdadeiro objetivo, mas expressa o interesse eleitoreiro do legislador. Contudo, se ela entregar dividendos para a sociedade civil organizada, que seja bem-vinda. Afinal, como dizia Adam Smith: “não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu autointeresse”. 

¹ Entidade beneficente de assistência social, cujo reconhecimento lhe confere o preenchimento do principal requisito: a conquista da isenção previdenciária.

² Entre outros: I – Demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal; II – Atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação.

³ Entidade filantrópica no dito popular.

Associação Rede Cananéia realiza Projeto de Empreendedorismo Comunitário

O Projeto é patrocinado pela Petrobras e beneficia dez organizações membro da Rede Cananéia

Elaine Marques



Representantes dos grupos participantes do Projeto

Desde novembro de 2009 a Associação Rede Cananéia (localizada no Vale do Ribeira – extremo litoral sul do Estado de São Paulo) vem desenvolvendo o Projeto “Rede de Empreendedorismo, Conservação e Sustentabilidade de Iniciativas Comunitárias”, que segundo a sua coordenadora, Juliana Greco Yamaoka, é um Projeto guarda-chuva de iniciativas locais, que prevê o fomento de atividades de geração de renda, através do aprimoramento, valorização e escoamento de produtos e serviços comunitários, bem como o fortalecimento e autonomia de dez grupos e organizações do terceiro setor que são membros da Rede, sendo eles: Associação das Mulheres de Pescadores do Pontal de Leste, Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Filhos de Cananéia, Associação de Moradores do Bairro Ariri, Associação dos Remanescentes de Quilombo Retiro Ex-Colônia Velha, CAF – Cananéia Artes e Fibras, Coletivo Educador do Lagamar, Colônia de Pescadores Z-9 “Apolinário de Araújo”, Grupo de Fandango Batido São Gonçalo, SINTRAVALÉ – Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul – Subsede Cananéia e Grupo de Comercialização para tais produtos e serviços.

O Projeto foi selecionado na Seleção Pública de Projetos Sociais, em julho de 2008, através do Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras, que ao final de 12 meses terá atendido 970 participantes ligados às organizações citadas acima.

Cada organização, ligada ao grande Projeto criou um sub-projeto de

acordo com suas necessidades e objetivos, sendo: **Associação de Moradores do Bairro do Ariri:** pretende formar um grupo de tocadores e dançarinos, fomentando o fandango como um importante traço da cultura local, tornando a atividade em uma fonte complementar de renda. **CAF – Cananéia Artes e Fibras:** O Grupo

composto por mulheres que trabalham com fibras naturais, existe informalmente há quatro anos e já houve uma renovação quase que completa do grupo inicial. Hoje, conta apenas com o apoio para o escoamento de sua produção. Propõe trabalhar com extensão para comunidades urbanas e rurais, além da comunidade escolar (escolas públicas estaduais de Cananéia), dada a necessidade de aumentar o grupo devido à demanda de trabalho já existente, buscando a promoção de novas alternativas de trabalho e renda para mulheres e artesãs do município, bem como inserir jovens no mercado de trabalho.

Associação das Mulheres de Pescadores do Pontal do Leste: Fomentar a geração de renda para as esposas dos pescadores e para os jovens que atualmente não possuem alternativa de trabalho, através da melhoria da infraestrutura do restaurante comunitário, além de desenvolver artesanato com material local (fibras naturais) e reciclável (recolhido da praia) como alternativa de trabalho e renda para a baixa temporada. **Grupo de Fandango Batido São Gonçalo e Artesanato de Cananéia:** Prevê o resgate e a divulgação da cultura caiçara, através do artesanato e da consolidação de um grupo de jovens que dance e represente o fandango para se apresentar em eventos e divulgar a cultura tradicional do município em questão.

Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Retiro Ex-Colônia Velha: Prevê a construção de um Espaço Comunitário, criação de uma nova alternativa

REDE de EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO CANANÉIA

de renda para as mulheres do Bairro, através do corte e costura e qualificação profissional na área de construção civil, que precisa ser trabalhada para instrumentalizar o grupo que iniciará esta atividade. **Colônia de Pescadores Z-9 “Apolinário de Araújo”:** Propõe a capacitação e divulgação aos pescadores artesanais de informações das áreas referentes à legislação pesqueira e conservação dos recursos naturais (meio ambiente). Além do fortalecimento da organização junto à categoria. **Coletivo Educador do Lagamar:** Objetiva a capacitação para o plantio, manutenção, produção, beneficiamento e manipulação de ervas medicinais, frutíferas e hortaliças, visando autonomia e geração de renda para multiplicadores em comunidades. **SINTRAVALÉ – Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul/ Subsede Cananéia:** Tem como finalidade aumentar a produção dos produtos orgânicos (quantidade e o período das safras durante o ano), divulgar este modo de produção e consolidar o grupo de agentes multiplicadores da agroecologia (e suas produções agroflorestais, viveiros de mudas e hortas orgânicas). **Associação Desportiva e Cultural de Capoeira “Filhos de Cananéia”:** Objetiva realizar a divulgação da cultura afrobrasileira em Cananéia, além da criação de produtos (artesanato) e incremento dos serviços que o grupo poderá utilizar para se manter e expandir seus serviços (apresentações). **Grupo de comercialização:** Pretende criar estratégias para melhorar, divulgar e escoar os produtos e serviços de todas as organizações participantes do Projeto.

Outras informações sobre o Projeto e sobre a Rede Cananéia nos endereços virtuais: www.redecaneia.org.br; <http://cananeiaemrede.ning.com>; redecaneia@yahoo.com.br e pelo fonefax: (13) 3851-1201.

Realização:



Patrocínio:

DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA
PETROBRAS





Alimentos apreendidos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o projeto de lei que define prioridades para a destinação de alimentos apreendidos. Pela proposta (PLC 81/04), se os produtos de origem animal e vegetal, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome. Com essa finalidade, o projeto altera a lei que trata da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal (lei nº 7.889/89) e a que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico (lei nº 9.972/00).



www.senado.gov.br

Renúncia ao ICMS

O contribuinte paulista pode destinar parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido a projetos desportivos previamente cadastrados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo (SELT) do Estado de São Paulo. A Secretaria da Fazenda fixará em cada exercício – limitado a 0,2% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativo ao exercício anterior – o montante máximo disponível para captação dos projetos desportivos cadastrados. A medida está no artigo 16 da lei nº 13.918, aprovada no final de 2009.



www.al.sp.gov.br

Entidades desportivas

As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, estão obrigadas a elaborar e publicar as suas demonstrações financeiras, na forma definida pela lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A).

Auxílio-alimentação I

Decisão da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) abre precedente para que o valor do auxílio-alimentação deixe de ter caráter salarial quando do surgimento de norma de acordo coletivo que lhe tire esse sentido e, consequentemente, sua influência no valor dos direitos trabalhistas. Em seu julgamento, os magistrados entenderam que, no momento da demissão do empregado de uma determinada empresa na Paraíba, o auxílio-alimentação já era pago por convenção coletiva, além de que a contratante também havia aderido ao Programa de Alimentação do Trabalhador do Governo Federal. Assim, por tal razão, essa parcela não foi incorporada às verbas rescisórias. Para a 7ª Turma, a empresa agiu corretamente, pois os dois fatos têm, mesmo de forma isolada, o poder de retirar o caráter salarial do auxílio-alimentação.

Auxílio-alimentação II

A decisão reformou julgamento em sentido contrário do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PA). Para o TRT, “em nenhuma hipótese” a norma coletiva ou o decreto nº 05/91, que regulamentou o PAT, podem alterar o artigo 468 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Esse artigo determina a natureza salarial do auxílio-alimentação.



www.tst.gov.br

Fundo Nacional do Idoso

A partir de janeiro de 2011, as pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir, até o limite máximo de 1% do Imposto de Renda devido, as contribuições que fizerem ao novo Fundo Nacional do Idoso. A lei nº 12.213 foi sancionada no dia 20 de janeiro pelo presidente Lula, e seu objetivo é financiar programas e ações para assegurar os direitos sociais do idoso e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. As doações poderão ser feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso, e é vedada a dedução como despesa operacional.



www.camara.gov.br

Aluno inadimplente

As escolas particulares poderão desligar o aluno inadimplente após 90 dias sem pagamento da mensalidade, contados da assinatura do contrato, ou no fim do semestre letivo, quando o estabelecimento adotar o regime didático semestral. Esse é o foco do projeto de lei nº 6.124/09, do deputado Clóvis Fecury (DEM-MA). O PL altera a Lei da Mensalidade Escolar (9.870/99), que prevê o desligamento anual por inadimplência e permite o semestral apenas nos casos de estabelecimentos de ensino superior que adotem esse regime. O projeto, que tramita na Câmara dos Deputados em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



www.camara.gov.br

Bolsa-atleta para guias I

O direito à bolsa-atleta poderá ser estendido aos guias de atletas paraolímpicos cegos ou com pouca acuidade visual, de acordo com o projeto de lei nº 6.586/09 do Senado, que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. Segundo a lei nº 10.891/04, que instituiu a bolsa, os esportistas paraolímpicos receberão um auxílio no valor de R\$ 2,5 mil por mês enquanto estiverem treinando para futuras competições internacionais.

Bolsa-atleta para guias II

Para requerer o benefício, o atleta-guia deverá estar acompanhando o mesmo competidor por pelo menos 12 meses. Se abandoná-lo, perderá o direito à bolsa. No caso de pouca acuidade visual, será preciso apresentar um atestado de entidade esportiva comprovando que o guia é necessário. Até o fechamento desta edição, a proposta passaria ainda, em regime de prioridade, pelo crivo das comissões de Turismo e Desporto; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado em plenário.

 www.camara.gov.br

Licença-maternidade

Foi publicado recentemente o decreto nº 7.052/2009, que regulamenta a lei nº 11.770/2008 (Programa Empresa Cidadã), destinada a prorrogar por 60 dias a duração da licença-maternidade das empregadas de pessoas jurídicas. Entre os assuntos trazidos pelo decreto, destacam-se: a) o prazo para requerimento do benefício pela empregada; b) a concessão do benefício à empregada que adotar ou obter guarda judicial para fins de adoção de criança; c) a adesão voluntária ao programa por meio de requerimento da pessoa jurídica à Receita Federal; d) a possibilidade da pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração da empregada pago no período de prorrogação de sua licença-maternidade; e) a possibilidade da empregada em gozo de salário-maternidade, em 24 de dezembro de 2010, solicitar a prorrogação da licença, desde que a requeira no prazo de até 30 dias. O Decreto, que entrou em vigor no dia 24 de dezembro de 2009, produz efeitos a partir de 1º de janeiro deste ano.

 www.audisaauditores.com.br



Alternância de turnos I

O trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que sejam divididos em dois, tem direito à jornada de seis horas prevista no artigo 7º, XIV, da Constituição Federal. A legislação vale para funcionário de empresas ou de entidades do Terceiro Setor. A decisão é da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recurso de revista de ex-empregado de uma montadora.

Alternância de turnos II

O relator e presidente da Turma, ministro Horácio Senna Pires, esclareceu que, conforme a Orientação Jurisprudencial nº 360 da Subseção I especializada em dissídios individuais, o empregado tem direito às seis horas de trabalho desde que os dois turnos compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e noturno, porque há alternância de horário prejudicial à saúde do trabalhador.

 www.tst.gov.br

Tarifa Social de Energia Elétrica

O governo federal aprovou a lei nº 12.212, que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, estendendo esse benefício – criado pela lei nº 10.438/2002 – às unidades consumidoras habitadas por famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e com renda mensal de até três salários mínimos. Outro requisito é que tenham entre seus membros portadores de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

 www.planalto.gov.br

Direito assegurado

O idoso que tenha 65 anos ou mais e a pessoa portadora de deficiência que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, têm direito ao benefício de prestação continuada equivalente a um salário mínimo mensal a ser pago pelo INSS.

 www.ioab.com.br

1 Um empregado aposentado que sofre acidente de trabalho tem direito à estabilidade provisória?

De acordo com entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sim. Para a concessão da estabilidade provisória (garantia mínima de 12 meses de emprego, prevista na lei nº 8.213/91), é necessário que o empregado fique afastado do serviço por prazo superior a 15 dias e receba auxílio-doença acidentário. Se o empregado já receber a aposentadoria, não poderá ter o benefício, devido à vedação legal de receber ao mesmo tempo aposentadoria e auxílio-doença. Contudo, se ficar afastado por mais de 15 dias, o empregado não perde o direito à estabilidade provisória, uma vez que a garantia de emprego mínima de um ano tem por objetivo proporcionar a readaptação do trabalhador às funções desempenhadas antes do acidente ou em outra compatível com seu estado de saúde.

2 Entidades do Terceiro Setor deverão se adaptar às novas regras do relógio de ponto?

A partir de 21 de agosto de 2010 entram em vigor as novas regras para o controle da frequência dos trabalhadores, conforme portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho. Na verdade, as entidades que utilizam o sistema de registro de ponto eletrônico deverão contatar imediatamente as empresas que lhes prestam esse serviço para que façam os ajustes necessários. Nos três primeiros meses de vigência, o ministério irá apenas orientar as empresas que ainda não tiverem adequado seus equipamentos. Ao término desse prazo, eventuais irregularidades estarão sujeitas a multas administrativas e a ações na Justiça do Trabalho. Os equipamentos terão de ser invioláveis e certificados, devendo registrar de forma fiel e sem possibilidades de alterações as marcações de ponto efetuadas pelos empregados. Segundo a redação dada pelo artigo 2º da referida portaria ficam proibidas: I - restrições de horário à marcação do ponto; II - marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual; III - exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e IV - existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.

3 É lícito para uma empresa que fornece transporte público exigir cadastro para concessão de passe livre à idoso?

As concessionárias do serviço de transporte público coletivo podem exigir documento de idoso para transitar gratuitamente, a fim de evitar fraudes e possibilitar a execução do direito. De acordo com o STJ, o cadastramento dos idosos parece ser eficiente, pois além de evitar fraudes, possibilita a real dimensão da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de serviço público.

4 O Fisco pode negar certidão negativa a uma instituição por divergência entre valores declarados e recolhidos?

É necessário avaliar o caso para dar respostas precisas. Contudo, quando a autoridade tributária verifica a ocorrência de pagamento de valor menor, por exemplo, em virtude da existência de divergências entre as quantias declaradas na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e os valores efetivamente recolhidos mediante guia de pagamento (GP), poderá haver recusa na expedição de certidão negativa de débito (CND) ou certidão positiva com efeitos de negativa (CPEN). Já há entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido à Lei dos Recursos Repetitivos (lei nº 11.672/2008), que será aplicado em todos os demais processos com tema semelhante. Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a exigibilidade do crédito tributário se conclui com a mera declaração efetuada pelo contribuinte, não se condicionando a ato prévio de lançamento administrativo, razão pela qual, em caso de não pagamento ou pagamento parcial do tributo declarado, afigura-se legítima a recusa de expedição da CND ou CPEN.

5 Uma entidade assistencial que adquire bens destinados à reforma deve pagar IPI sobre esses produtos?

Não, em razão da imunidade tributária pela qual estão jungidas. Recentemente foi publicada uma decisão judicial que se aplica ao caso, pela qual uma organização teve garantido o seu direito ao não pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os bens adquiridos destinados à reforma e instalações. Citando vários precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), o desembargador federal que julgou o feito mencionou que: (i) se a entidade se enquadra no dispositivo constitucional descrito no artigo 150, VI, "c" e preenche integralmente os requisitos elencados no artigo 14 do Código Tributário Nacional, e (ii) se os materiais adquiridos constituirão parte de seu patrimônio, há de ser declarada a imunidade ao IPI.

6 O Fisco pode exigir depósito prévio para que a organização discuta judicialmente a exigibilidade do crédito tributário?

De acordo com súmula vinculante nº 28, aprovada recentemente pelo STF, "é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade do crédito tributário". O verbete foi baseado no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (1.074), no qual o STF entendeu ser inconstitucional o artigo 19, da lei nº 8.870/94, que exigia o aludido depósito prévio para ações judiciais contra o INSS.

Março

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em fevereiro/10
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a fevereiro/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de fevereiro/10
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a janeiro/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência fevereiro/10 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência fevereiro/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 28 de fevereiro (art. 74 da lei nº 11.196/05).
19	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/10
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a fevereiro/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro de 2010 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05, art. 70, item I, alínea d).
25	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em fevereiro/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em fevereiro/10
26	Rais	Prazo final para entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2009. Deve declarar a Rais todo estabelecimento inscrito no CNPJ, com ou sem empregados, além de estabelecimento de pessoa física com empregados
31	Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa	Entrega da Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa, relativa ao ano-calendário de 2008
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/10
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de março (art. 74 da lei nº 11.196/05)

Abril

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em março/10
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de março/10
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a fevereiro/10
8	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a fevereiro/10
	Dacon semestral	Dacon de pessoa jurídica referente ao período de julho a dezembro de 2009
	DCTF semestral	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente ao segundo semestre de 2009
9	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a março/2009 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência março/10 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de março (art. 74 da lei nº 11.196/05)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em março de 2010 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05, art. 70, item I, alínea d)
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a março/10 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
23	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/10
	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/10
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/10
30	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/10
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de abril (art. 74 da lei nº 11.196/05)
	Relatório anual	Apresentação do relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior à Gerência Regional do Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) jurisdicionante de sua sede pela pessoa jurídica de direito privado beneficiante de assistência social

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 965,67	8 %	8 %	
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	9 %	
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11%	11 %	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 965,67	8 %	12 %	20 %
R\$ 965,68	R\$ 1.609,45	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.609,46	R\$ 3.218,90	11 %	12 %	23 %
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período		Valor		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		
a partir de fevereiro/09		R\$ 465		
a partir de janeiro/10		R\$ 510		

IR - Fonte e Carnê Leão (2009)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.434,59	-	isento
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150	7,5 %	R\$ 107,59
acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 268,84
acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582	22,5 %	R\$ 483,84
acima de R\$ 3.582,00	27,5 %	R\$ 662,94

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês;
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; e,
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas e datas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/O-6, bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

O futuro da nação

Instrumentos criados para cuidar da infância e da adolescência, como o ECA e os conselhos tutelares, trabalham pela garantia de direitos

Por Thaís Iannarelli

No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 20 anos, a história da luta pelos direitos dessa população tem grandes conquistas para comemorar. Com o passar dos anos, bons resultados têm sido alcançados.

Por exemplo, o nível de pobreza de famílias com integrantes crianças e adolescentes diminuiu entre 1998 e 2008, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A porcentagem dessas famílias que vivia com até meio salário mínimo *per capita* passou de 45 para 37,7% nesse período. Outro indicador favorável da mesma pesquisa mostra que a frequência à escola subiu de 57,9 para 79,8% na faixa de 4 a 6 anos durante os 10 anos pesquisados.

“Acho que desde a criação do ECA vem sendo implantada a noção mais clara de que a criança é um

sujeito de direitos, e a sociedade vai tomando conhecimento disso. Claro que ainda tem crianças trabalhando, a qualidade da educação não é a que se deseja, mas diminuiu o trabalho infantil e a mortalidade também”, diz Sergio Mindlin, presidente da Fundação Telefônica que, dentre suas iniciativas, tem o Portal Pró-Menino, dedicado a garantir os direitos das crianças e adolescentes por meio da disseminação de informações sobre o assunto.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Instituído para zelar pelos direitos da criança e do adolescente, o ECA nasceu graças à força popular. Com mais de um milhão de assinaturas defendendo sua criação, a Assembleia Nacional Constituinte referendou a emenda popular que inscreveu na Constituição Brasileira de 1988 o artigo 227, cuja posterior regulamentação seria



o ECA. “O estatuto é fruto de uma ampla mobilização da sociedade civil no final da década de 1980. É uma lei que, implementada, assegura a proteção integral das crianças e adolescentes brasileiros”, diz Denise Maria Cesario, gerente executiva de Desenvolvimento de Programas e Projetos da Fundação Abrinq.

Um dos passos mais importantes da implementação do estatuto foi a nova perspectiva dada à criança e ao adolescente. A partir de então, passaram a ser vistos como sujeitos de direito, considerados pessoas em desenvolvimento a quem se deve assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos.

Entre os preceitos do ECA estão: a prioridade do direito à convivência familiar e comunitária; o fim da política de abrigamento indiscriminado; a priorização das medidas de proteção socioeducativas; a

integração das ações governamentais e não-governamentais na política de atendimento; a garantia do processo legal adequado e da defesa ao adolescente a quem se atribua ato infracional; a municipalização do atendimento, entre outras. “Claro que a qualidade da educação não é a que se deseja; as crianças ainda saem com deficiências de aprendizado do ensino fundamental, por isso ainda há um vasto campo a ser trabalhado. Porém, diminuiu o trabalho infantil, todas as crianças praticamente estão na escola, os índices de mortalidade infantil estão caindo, então acho que o cumprimento dos direitos progrediu”, complementa Mindlin.

E a realidade é mesmo essa. Embora os progressos tenham acontecido e existam projetos no Congresso para alterar alguns itens do Estatuto, ainda há muito a se fazer para que o sistema de garantia de direitos seja

Embora os progressos tenham acontecido, ainda há muito a se fazer para que o sistema de garantia de direitos seja efetivamente colocado em prática

efetivamente colocado em prática. Segundo Denise, “fazer com que a lei se torne totalmente realidade exige mudança cultural da sociedade e, principalmente, esforço político de nossos governantes. Para as organizações que trabalham com a infância e a juventude, o poder público ainda não conseguiu se estruturar para atender às diretrizes do ECA, fato que impacta na implementação de políticas públicas de qualidade e continuadas nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer”.

Conselhos

Um órgão essencial para a manutenção dos direitos das crianças e adolescentes na sociedade é o conselho tutelar. É autônomo e não-jurisdicional e encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Suas atribuições para atingir tal objetivo são:

- Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção;
- Atender e aconselhar pais ou responsáveis e aplicar medidas de proteção;
- Encaminhar ao Ministério Público notícia e fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente;
- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- Tomar providências para que sejam cumpridas medidas de proteção aplicadas pela justiça a adolescentes infratores;
- Expedir notificações;
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente quando necessário;
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

- Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, §3º, Inciso II, da Constituição Federal;
- Representar ao Ministério Público, para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar;
- Fiscalizar as entidades de atendimento.

Em teoria, o funcionamento dos conselhos deveria dar conta de, pelo menos, minimizar consistentemente os problemas ligados aos direitos da infância e da adolescência. Porém, a prática é um pouco diferente. A falta de infraestrutura tanto dos conselhos quanto dos órgãos que deveriam executar seus pedidos impede que a eficiência dos trabalhos seja a esperada. “Acho que a criação dos conselhos é uma estruturação da forma de defender os direitos, a legislação é inovadora nesse sentido. Porém, eles têm muita dificuldade de exercer seu papel, porque há pouca estrutura e recursos. Por exemplo, não adianta o conselho dizer que a criança deve ir para a creche, se não há creches suficientes para todos. Tem de construir, capacitar os educadores”, diz Mindlin.

Os conselheiros tutelares, escolhidos pela comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), são servidores públicos comissionados com algumas diferenças fundamentais: têm mandato fixo de três anos, não ocupam cargo de confiança do prefeito, não estão subordinados a ele nem são empregados da prefeitura. O conselheiro tutelar trabalha diretamente com pessoas que, na maioria das vezes, estão passando por dificuldades e crises. Por isso, é preciso passar por capacitações, saber ouvir e compreender as questões apresentadas.

É importante enfatizar que o conselho tutelar somente aplica medidas aos casos que atende, mas não as executa. Quem executa é o poder público, a família ou a sociedade. Por isso, “quando comprovada

Histórico de conquistas

A partir do início do século 20, o tema da infância e da adolescência passou a ter mais visibilidade no Brasil e no mundo. Em uma linha do tempo, a história conta a evolução:

1909

Foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, nas Capitâneas dos Estados, destinadas aos então chamados “menores em conflito com a lei” ou aos abandonados. As crianças eram institucionalizadas e encaminhadas ao trabalho pela própria instituição.

1912

Projeto de lei de autoria de João Chaves foi apresentado à Câmara dos Deputados. Defendia a criação de juízos e tribunais especiais para a apreciação de causas envolvendo “menores materialmente abandonados; moralmente abandonados; mendigos e vagabundos com idade até 18 anos; e os que tivessem delinquido até os 16 anos. Essa regulamentação foi detalhada em diversos decretos, até a sua consolidação no Código de Menores de 1927.

a denúncia, cabe ao conselheiro acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, os Centros de Defesa e as instâncias do poder judiciário, como o Ministério Público e os juizados”, argumenta Denise. “Além de atender as denúncias, o conselheiro tutelar também deve estar atento à realidade da comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos de meninos e meninas”, completa.

Sistema de informação

Com os objetivos de possibilitar uma leitura mais completa da situação da criança e do adolescente por parte do conselho tutelar, de sugerir a aplicação da medida mais adequada para os problemas e de subsidiar as demais instâncias (conselhos de direitos e autoridades competentes) na formulação e gestão de políticas de atendimento, o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia) foi criado em 1997, dentro do Plano Nacional da Política de Direitos Humanos, e implantado em 2003, com base no ECA.

De âmbito nacional, o sistema almeja a produção de conhecimentos específicos sobre situações de violação de direitos da criança e do adolescente e a identificação de medidas socioeducativas e de proteção necessárias por meio de relatórios de situação. São os próprios conselheiros que inserem as informações sobre suas realidades locais. O sistema é dividido em quatro módulos:

- Módulo I – monitoramento da situação de proteção à criança e ao adolescente sob a ótica da violação e ressarcimento de direitos a partir de denúncias coletadas por conselhos tutelares. Está implantado em 25 Estados brasileiros.

Divulgação



Crianças atendidas pelo Pró-Menino

- Módulo II – monitoramento do fluxo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, construído na versão Web, obtém as informações a partir das varas de infância. Está implantado em seis Estados do país.
- Módulo III – monitoramento sobre colocação familiar e adoções nacionais e internacionais, obtém as informações a partir das varas da infância e da juventude. Está implantado em nove Estados.
- Módulo IV – cadastro dos conselhos de direitos, tutelares e Fundos para a Infância e a Adolescência dos municípios, coletados a partir dos conselhos estaduais e outras fontes.

A ideia de reunir esses dados e mapeá-los em um portal facilita o atendimento, torna a atuação mais eficiente e ajuda os conselheiros a tomarem decisões frente às situações encontradas no dia-a-dia. Porém,

1923

Criação dos Juizados de Menores para tratar das causas dos infratores, órfãos e abandonados.

1927

Consolidação do Código de Menores, que instituía, entre outras coisas, a proibição de trabalho aos menores de 12 anos, além de impor restrições aos locais, horários e jornada diária dos trabalhadores menores de 18 anos. Era vedado aos meninos de até 14 anos e às mulheres solteiras de até 18 anos qualquer tipo de trabalho nas ruas, praças e lugares públicos, por exemplo.

1934

A constituição federal instituiu a idade mínima para ingresso no trabalho em 14 anos. Em 1967, essa idade foi reduzida para 12 anos, e só foi elevada novamente com a Constituição de 1988.





Sergio Mindlin, presidente da Fundação Telefônica

muitos problemas técnicos foram identificados no site pelos usuários – os próprios conselheiros. Para começar, além de não ser muito prático, nem todos os conselhos possuem acesso a computadores e à tecnologia, o que já prejudica a coleta de dados. Outro problema é a sistematização e a disponibilização dos dados, assim como a implementação dos módulos citados.

Segundo Sérgio Mindlin, a iniciativa foi interessante, mas desenhada antes de seu tempo. “Tudo foi baseado em uma tecnologia que não é muito fácil, é preciso gravar os sistemas em disquete. Hoje, com a internet banda larga essa possibilidade mudou, mas o sistema deve ser alterado para ser factível. Segundo relatos de conselheiros, a forma de registrar é difícil, e

quem criou o Sipia não tinha prática do exercício diário de um conselho”, diz.

Estava prevista para 2007 a reformulação do portal, com o objetivo de corrigir os problemas identificados pelo usuário e fazer a readequação para as novas tecnologias. Porém, sua funcionalidade continua baixa, com a necessidade de fazer diversos downloads e instalações. Os cadastros dos conselhos são antigos e a maioria não está completa. O que há de novo são informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos e um espaço para fazer denúncias quanto a esse problema.

Cuidando do futuro

Ainda hoje, mesmo após tantos avanços, os problemas das crianças e adolescentes brasileiros continuam sendo dramáticos. O baixo número de registro civil, a mortalidade infantil, a exclusão da educação infantil, o trabalho nas suas piores formas, como exploração sexual comercial e cooptação de crianças pelo narcotráfico, a mortalidade de jovens de 15 a 24 anos por homicídios com arma de fogo, o despreparo e a falta de oportunidades para o mundo do trabalho são questões muito sérias e ainda correntes na realidade brasileira.

A atuação dos conselhos, a força do ECA e um sistema que pretende reunir informações relevantes, como o Sipia, são iniciativas que pretendem minimizar esses problemas, dando novas oportunidades a essas pessoas. Um trabalho integrado de todos esses sujeitos com o poder público, as empresas privadas e a sociedade civil, ou seja, a atuação em rede, é uma saída para oferecer um futuro mais promissor para essas crianças e jovens, reconhecidamente sujeitos de direitos, que merecem, no mínimo, uma oportunidade para promover um futuro melhor para eles mesmos e para o desenvolvimento do país. 🍌

Links

www.fundabrinq.org.br
www.ibge.gov.br
<http://portal.mj.gov.br/sipia>
www.promenino.org.br

1946

Criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Os primeiros programas forneceram assistência emergencial a milhões de crianças no período do pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China.

1950

Instalação do primeiro escritório do Unicef no Brasil, com programas de proteção à saúde da criança e da gestante no Nordeste.

1959

Aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

1983

Criação da Pastoral da Criança em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com metodologia própria, foca a força do voluntariado e o incentivo à nutrição e à amamentação.

Realidade que precisa ser mudada

Mesmo com o aniversário de 20 anos do ECA, muitas crianças e adolescentes brasileiros continuam vivendo em situações difíceis. Diversos indicadores mostram que as disparidades sociais, sempre tão presentes na história do país, podem ter diminuído, mas ainda fazem parte da realidade.

De acordo com dados da Síntese de Indicadores Sociais 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população infanto-juvenil brasileira se divide da seguinte forma em quantidade:

- 0 a 3 anos: 10,958 milhões
- 4 a 6 anos: 9,032 milhões
- 7 a 9 anos: 10,470 milhões
- 10 a 14 anos: 17,848 milhões
- 15 a 17 anos: 10,262 milhões
- 18 a 19 anos: 6,963 milhões

TOTAL: 0 a 19 anos: 65,533 milhões

Segundo o estudo, embora a situação tenha melhorado nos últimos de anos, o nível de pobreza da infância e adolescência no país ainda é elevado, principalmente na região Nordeste, onde 66,7% das crianças, adolescentes e jovens ainda viviam em situação de pobreza em 2008.

O documento *Um mundo para as crianças*, feito pela Fundação Abrinq, define como meta erradicar a pobreza, reduzindo-a pela metade até 2015. "Assim, os programas de transferência de renda podem ser considerados perspectivas para a população abaixo da linha da pobreza, já que possibilitaram o alcance de 78,3% da meta, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o



Desenvolvimento do Brasil (Pnud)", diz Denise. "Porém, tais programas sozinhos não são suficientes para a superação dessa realidade. É preciso integrá-los a outras ações, como a promoção do nível de instrução e de inserção no mercado de trabalho", complementa.

Um exemplo de programa de transferência de renda é o Bolsa Família, que atualmente beneficia aproximadamente 10 mil famílias e ainda apresenta alcance insuficiente, já que são 18,13 mil famílias cadastradas que ainda não recebem o benefício. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apenas 58,74% das famílias cadastradas recebiam o benefício em 2008.

Entre as demandas, uma das mais latentes é a qualidade da educação. De acordo com Mindlin, "é um absurdo que tenhamos crianças que chegam à quarta série e não entendem o que leem, e isso acontece bastante. Parece-me que esta é uma questão fundamental, ou talvez a mais importante".

1989

Aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, proposta elaborada por um grupo de organizações sociais. É um dos mais importantes tratados de direitos humanos, ratificado por todos os países-membros da ONU, exceto os Estados Unidos e a Somália.

1990

Promulgado em 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado documento exemplar de direitos humanos. Foi concebido através de debates com a participação de diversos segmentos da sociedade. No mesmo ano, e com o objetivo de fazer valer o ECA, foi criada a Fundação Abrinq.

1992

Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) com o objetivo de formular políticas públicas e destinar recursos ao cumprimento do ECA.



Exemplo de sucesso



Fundada pela Dra. Zilda Arns, a Pastoral da Criança transforma objetivos simples em ações grandiosas

Por Valeuska de Vassimon

São mais de 40 mil comunidades brasileiras acompanhadas por mais de 260 mil voluntários. Apesar dos números gigantescos, a Pastoral da Criança – organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – desenvolve suas ações com apenas uma certeza: promover a solidariedade e a partilha do saber.

Fundada pela carismática Dra. Zilda Arns, vítima do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro, a Pastoral apresenta um sistema de captação de voluntários que tem apresentado bons resultados. “Nós temos certeza de que os líderes voluntários são os principais agentes de transformação da Pastoral. Portanto, todos os esforços vão à direção do líder, o que consequentemente chega à criança e à família”, explica Clóvis Boufler, gestor de relações institucionais da organização.

A busca por voluntários se dá por mobilizações nas mais de 40 mil comunidades em que a Pastoral atua. Metade dos 260 mil voluntários é composta de líderes, que vivem na própria comunidade e acompanham, em média, 12 famílias. A outra metade é composta por pessoas de apoio, que auxiliam as atividades dos líderes ou atuam como capacitadoras.

Como a principal característica do líder é morar na comunidade, a Pastoral utiliza pessoas e eventos da localidade, como missas ou atos religiosos, para fazer o convite a novos voluntários. Existem, também, situações em que o voluntário se apresenta após ouvir sobre a organização no rádio ou na televisão.

Segundo Clóvis Boufler, a Pastoral da Criança trabalha para levar vida plena às crianças e gestantes, sobretudo àquelas que vivem nos bolsões de miséria. Por isso, em 2004, foi instituído o projeto Missionários Leigos da

Pastoral da Criança. A prioridade do projeto é começar a Pastoral nos municípios que possuem os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com altas taxas de desnutrição e mortalidade infantil, e onde mais de 70% das crianças e famílias vivem em situação de pobreza e miséria. Em geral, esses municípios se situam nas regiões Norte e Nordeste do país.

“Nosso entendimento é de que a participação dos voluntários não deve competir com as responsabilidades do Estado em relação à garantia dos direitos da população, nem substituir trabalhadores formais por voluntários”, lembra Clóvis.

A capacitação do voluntário inclui, no mínimo, 60 horas de aprendizado, tendo como referência o Guia do Líder. Essa é a porta de entrada para as outras capacitações, cuja duração varia de 8 a 20 horas. Para Clóvis, os líderes são motivados e se dedicam com amor, levando informações sobre as ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. “São pessoas comprometidas com a organização da comunidade e as mudanças sociais”, conta.

Atuando em todo o Brasil, a Pastoral da Criança segue o princípio de concentrar a burocracia e descentralizar as ações. Por isso, a maior parte dos recursos financeiros da organização é proveniente de parcerias, convênios e doações, captados pela coordenação nacional.

“Metade do dinheiro tem sua origem na iniciativa privada e metade é recurso público. O custo para acompanhar cada criança é de R\$ 1,66 mensais”, explica Clóvis. Atualmente, o principal desafio da organização é conciliar a captação de recursos na mesma proporção da captação de novos voluntários.



A Pastoral também conta com um sistema de comunicação ágil e organizado para o envio de recursos e prestação de contas. Para divulgar seu trabalho, utiliza os meios de comunicação locais e elabora seus próprios materiais educativos. Segundo Clóvis, as estratégias de comunicação e educação se dividem em três áreas complementares: materiais impressos, materiais de vídeo e sonoros (programas de rádio semanais de 15 minutos) e campanhas, como a Campanha do Soro Caseiro e a de incentivo ao aleitamento materno.

Desde ações simples, realizadas em larga escala por pessoas de baixa escolaridade, até um sistema informatizado que acompanha os resultados trimestralmente, a Pastoral da Criança serve como exemplo para organizações menores que buscam ampliar sua área de atuação. São 26 anos de experiência de um trabalho bem-sucedido que, para Clóvis Boufler, está estritamente ligado ao papel do voluntário.

“Nossa experiência mostra que o voluntariado busca a Pastoral motivado por um desejo pessoal de ajudar as pessoas. O resultado disso é a transformação da comunidade e o fortalecimento da solidariedade, o que melhora a qualidade de vida de todos – inclusive a de quem é voluntário.”

Saiba mais sobre a Pastoral

Sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças pobres em seu contexto familiar e comunitário, a partir de ações preventivas de saúde, nutrição, educação e cidadania, a Pastoral da Criança já atingiu metas significativas.

A mortalidade infantil entre as crianças acompanhadas pela organização é de 12,5 óbitos no primeiro ano de vida para cada mil nascidos vivos. Segundo o Ministério da Saúde, a mortalidade infantil no país, em 2004, foi de 22,5 mortes no primeiro ano de vida para cada mil crianças nascidas vivas.

Além das ações em andamento, a Pastoral executa projetos como: Educação de Jovens e Adultos, em que mães e moradores das comunidades acompanhadas são alfabetizados; Brinquedos e Brincadeiras, para promover o aumento do interesse pelo lazer nas comunidades; Controle Social das Políticas Públicas, que inclui ações junto aos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente; Capacitação para o Trabalho, promovendo a autossustentabilidade das famílias acompanhadas; Rede de Comunicadores Populares em Rádio, em que as ações da organização são divulgadas em todo o país; e Hortas Caseiras, uma forma de melhorar a alimentação e saúde da família, diminuindo gastos. 

Desde ações simples, realizadas em larga escala por pessoas de baixa escolaridade, até um sistema informatizado que acompanha os resultados trimestralmente, a Pastoral da Criança serve como exemplo para organizações menores

Ponto de transformação: o matriarcalismo



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org
Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org
Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.

Desde antes do Império Romano, o homem tem a tendência de pegar o que deseja, sem pedir ou perguntar. Por conta disso, grande parte da história da raça humana foi construída com sangue. O exemplo mais emblemático talvez seja a forma como os europeus tomaram as Américas e marginalizaram a população indígena nos séculos 16 e 17. Este é um dos motivos do filme *Avatar*, produção em 3D do diretor James Cameron, que levou quase uma década para ser criado e consumiu cerca de US\$ 500 milhões. Após acumular recordes de bilheteria e se tornar o maior sucesso da indústria cinematográfica global, o filme ganhou, igualmente, o *status* de maior bilheteria da história do país.

Percebe-se no filme uma clara conexão com eventos recentes e há até uma tentativa consciente de evocar a iconografia da era do Vietnã. A intenção de Cameron é nitidamente formular uma tendência que se mantém ao longo da História. Mas a tendência é evocada muito além de eventos contemporâneos. O fato é que tudo o que cerca *Avatar* é superlativo. Trata-se, indiscutivelmente, de uma verdadeira obra-prima, que inaugura nova forma de arte e cria nova forma de poesia, como bem definiu o cineasta, crítico e escritor Arnaldo Jabor.

O filme narra, em linguagem poética, a história da relação entre seres humanos e extraterrestres da fictícia lua Pandora, propondo uma civilização que vive em rede, em teia, e melhor, que é consciente disso. A produção nos desperta para as nossas próprias lembranças. Não que sejam propriamente lembranças, mas para nós estão lá como se fossem. Na verdade, não há necessidade de saber, apenas de sentir. Ao assistir o filme, nos lembramos... em seguida, “deslembramos”.

Pandora, habitada pelos Na’Vi – a raça inteligente nativa, organizada em uma sociedade que parece um amálgama de todas as grandes civilizações indígenas da Terra – é o cenário onde se trava uma luta entre nós e eles. Nós, diga-se de passagem, bem estereotipado. Um retrato banal da exploração do petróleo, do carvão mineral, dos minérios e de outras “preciosidades” do mundo

capitalista que justificam ecossistemas inseguros para os indivíduos, como os de hoje. Tanto que, com poucos minutos de exibição, o espectador acaba se identificando mais com os Na’Vi do que com o “nós”. Como se os avatares representassem a nossa própria consciência e, nela, o que resta da memória coletiva de uma sociedade que é esperada por todos, individualmente. A história representa o lugar de onde viemos. Ali nos identificamos não com os primitivos Na’Vi, mas com o primordial que carregam no seu modo de ser e de conviver – um ideal de convívio e de relacionamento com o meio.

Um dos contextos mais importantes da construção do filme para esse despertar é a presença feminina na sociedade Na’Vi, diferente da sociedade capitalista de hoje, que é fruto tão somente do domínio patriarcal e, consequentemente, antissensorial e repressor. Em seu livro *A teia da vida*, o físico Fritjof Capra afirma que os ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. Eles mostram que a exploração da natureza em particular tem marchado de mãos dadas com a das mulheres. Essa antiga associação entre mulher e natureza é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia.

Pensar sustentabilidade é pensar a partir de uma racionalidade matriarcal, e portanto sensorial e não-repressora. Os Na’Vi provavelmente foram inspirados nos drávidas, povo que viveu no noroeste da Índia, hoje Paquistão, há mais de 5 mil anos. Os dravidianos, como também são conhecidos, desenvolveram uma cultura fantástica. Para se ter uma dimensão, a cidade de Mohenjo-Daro era habitada por 40 mil pessoas. As ruas eram planejadas, formando quarteirões em ângulo reto. Havia sanitários dentro das residências com água corrente. Os esgotos eram cobertos e dominavam a irrigação de lavouras.

Os drávidas desenvolveram três filosofias distintas, porém complementares: o Sámkhya, o Yôga e o Tantra.

do filme Avatar

O Sámkhya era uma filosofia especulativa. Tentava explicar a origem, o destino da vida e o universo sem conceber um criador, embora não negasse a presença de Deus. O Yôga é uma filosofia prática que não se explica, não se justifica. Pratique determinada técnica e terá determinado resultado. Caso se execute a técnica e não se obtiver o resultado previsto, deve ter feito algo errado. Já o Tantra é uma filosofia comportamental. Explica como o homem se relaciona consigo mesmo, com os outros seres humanos, com os animais e com a natureza.

Segundo o *The Concise Sanskrit-English Dictionary*, Vasudeo Govind Apte, o Tantra é traduzido pela maneira correta de fazer qualquer coisa, autoridade, prosperidade, riqueza, encordoamento (de um instrumento musical). A expressão pode ser analisada sob diferentes pontos de vista, como a trama do tecido ou a teia. Numa abordagem de caráter mais filosófico, o Tantra é ainda dividido em duas partes, onde a raiz “tan” nos dá a ideia de sabedoria, e “tra” (instrumento, mecanismo), uma noção de espalhar ou de salvar. Assim, Tantra é definido como “aquilo que difunde a sabedoria”.

Assim como representado no filme, o que mais caracteriza a cultura tântrica é a relevância da mulher no contexto social. Por força do matriarcalismo, evidenciam-se ainda outras duas características: a sensorialidade e a “desrepressão”. No contexto do hinduísmo, as divindades femininas representam a forma mitológica e simbólica daquela sociedade primitiva. A mulher é vista como a mãe divina, a Terra, aquela que gera, nutre e protege. A sensorialidade é tão desenvolvida que a conexão representada na relação do povo com Eywa, com o mundo, para os Na’Vi, não se perdeu. Acessam as informações ancestrais com respeito, a partir do próprio corpo, ao contrário dos humanos que, hoje, parecem querer distância das heranças culturais de seus antepassados. Tratando-se de sustentabilidade, é nessa reconexão que reside o ponto de transformação socio-ambiental, mais uma vez, as ecorrelações, numa análise

mais sutil do que aquela abordada na edição passada, nesta mesma sessão.

A reconexão será ponto de transformação, desde que feita pelo comportamento matriarcal. Como no filme, a mulher ocuparia lugar de destaque e, sob sua liderança, a sociedade tenderia a ser mais amorosa, o que resultaria na valorização da sensibilidade. Sendo mais sensíveis, as pessoas se tornariam mais atentas a si próprias e ao mundo ao seu redor, e sustentabilidade não seria mais um enigma, mas uma consequência. As sociedades matriarcais são pacíficas e usam a sensorialidade em suas relações entre si e com o meio. Sem a premissa cristã e patriarcal da culpa e do pecado, há liberdade para expressar quaisquer necessidades artísticas, devocionais e intelectuais, sem restrições impostas pela cultura repressora e castradora, o que resulta em equilíbrio, qualidade de vida, saúde psíquica e física. Nessa estrutura, os homens são livres e expansivos. Os valores femininos, como o amor, o afeto, as relações humanas verdadeiras, o contato com a natureza e a vida, predominariam.

Capra sugere também que, para que um novo paradigma ecológico emergente seja implantado, será necessária uma mudança não apenas nas nossas percepções e na maneira de pensar, mas também nos valores, como a substituição da expansão, da competição, da quantidade e da dominação por valores como conservação, cooperação, qualidade e parceria.

Curiosamente, autores e autoridades de outras áreas, tal qual pensava o intelectual Peter Drucker, consideram que uma das mais importantes mudanças no mundo dos negócios é a transição da glorificação do esforço individual para a valorização da parceria e da colaboração. Drucker defendia a ideia de que as organizações vencedoras não serão aquelas com um maior número de cérebros brilhantes, mas as que conseguirem fazer uma força coletiva com esses mesmos cérebros. Eis a proposta tântrica de rede, teia, trama do tecido. Um imenso tecido social, no qual cada um pode estar conscientemente envolvido e, principalmente, ativo. ♀

O filme narra, em linguagem poética, a história da relação entre seres humanos e extraterrestres da fictícia lua Pandora, propondo uma civilização que vive em rede, em teia, e melhor, que é consciente disso

Mudanças Climáticas: o vezo ideológico

Por Dal Marcondes

Ninguém nega a existência do aquecimento global, nem os cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), reunidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), nem os cientistas chamados de “céticos”. A discussão que está tomando corpo no mundo todo é sobre as causas das mudanças climáticas. O clima está mudando por conta da atividade humana e da grande queima de combustíveis fósseis, que emitem dióxido de carbono (CO₂), ou esta é mais uma oscilação “normal” da temperatura do planeta? A mídia em geral gosta dessas disputas, que atacam uma contenda que pode não estar sequer no centro do problema. Usando do mesmo maniqueísmo, podemos colocar em um canto do ringue o filme *Uma verdade Inconveniente*, produzido pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que conquistou o grande público e, de quebra, um Oscar de documentário. No outro canto está *A Grande Farsa do Aquecimento Global*, produzido pela televisão inglesa, reunindo informações que procuram desqualificar os dados utilizados pelos defensores da tese de que o clima está mudando por causa das atividades humanas.

Nos próximos dois anos, aproximadamente 360 milhões de pessoas vão morrer ao redor do mundo, segundo dados do Greenpeace, principalmente nas áreas mais pobres e ambientalmente frágeis, por conta das mudanças no clima. Existe consenso sobre o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos. No entanto, a disputa sobre as causas dos desastres ambientais no século 21 está tomando um corpo maior do que o trabalho para reduzir seus impactos sobre a sociedade. Tornou-se uma

queda de braço política com dois lados absolutamente antagônicos e incapazes de conciliação, nem mesmo em ações para salvar vidas. E essa disputa está agindo sobre os indicadores de opinião pública. A revista britânica *The Economist* (Carta Capital de 16/12/2009, pág. 48) aponta que, em abril de 2008, 71% dos norte-americanos acreditavam que havia evidências sólidas de aumento na temperatura média global. Em outubro de 2009, esse número caiu para 51%.

Por mais que essa disputa envolva dados científicos, tornou-se uma contenda basicamente midiática e ideológica. De um lado estão aqueles que acreditam e defendem a necessidade de mudanças no modo de vida, na forma de produzir e consumir da humanidade, a necessidade de um novo modelo de economia, mais limpa e eficaz no uso de matérias-primas e energia. De outro, estão aqueles que defendem a manutenção do *status quo* econômico, de uma economia baseada na energia barata do petróleo. Ou seja, a manutenção do *business as usual*. O economista Ladislau Dowbor, professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), publicou recentemente o artigo “A cruzada para negar o aquecimento global”, no qual alinha uma série de dados e fatos que mostram uma articulação de comunicação e relações públicas muito bem organizada para inocentar a indústria do petróleo e a humanidade de qualquer culpa relacionada ao aquecimento global.

Dowbor cita o estudo realizado pelo especialista em relações públicas, James Hoggan, *Climate cover-up*:

na ofensiva dos cientistas “céticos”

the crusade to deny global warming, que não é sobre o clima, mas sobre comunicação, e mapeia como a campanha contra as conclusões do IPCC foi montada. Ela representa uma articulação entre instituições poderosas e bem supridas de fundos, como o George C. Marshall Institute, o American Enterprise Institute (AEI), o Information Council for Environment (ICE), o Fraser Institute, o Competitive Enterprise Institute (CEI), o Heartland Institute e, evidentemente, o American Petroleum Institute (API) e o American Coalition for Clean Coal Electricity (ACCCE), além do Hawthorne Group e outros ligados às indústrias de carvão e petróleo.

Após a COP15, conferência do clima que aconteceu em dezembro, em Copenhague, a opinião pública foi tomada por certo ceticismo quanto à capacidade dos governos em chegar a um acordo que impeça que o clima se transforme no grande vilão deste século. Talvez por isso a disposição tão forte em querer acreditar que a humanidade não é responsável e, portanto, não pode fazer nada a respeito.

Pesquisadores ligados ao IPCC e acadêmicos relacionados às mudanças climáticas estão reticentes em se expor para fazer a defesa de seus pontos de vista. Na maioria das vezes, apenas criam palco para mais debates e contestações. Carlos Nobre, cientista ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e um importante participante brasileiro no IPCC, disse que não vai mais responder a afirmações de “céticos”. Para

ele, a ciência já estabeleceu os elos necessários para que as causas das atuais mudanças climáticas sejam compreendidas.

Causas à parte, alguns dos principais nomes do mundo empresarial no Brasil estão trabalhando para preparar suas empresas e organizações para atuar em um cenário com muitas transformações na forma de produzir e consumir. No ano passado, o Walmart convocou alguns de seus principais parceiros comerciais para um desafio: levar ao público produtos com diferenciais palpáveis de sustentabilidade, tais como mais eficiência energética, menos consumo de água e matérias-primas e maior facilidade de descarte e reciclagem de seus resíduos. Tudo isso em um esforço para adequar a atuação empresarial a um cenário no qual as questões socioambientais são parte da equação econômica.

A mesma convocação vem sendo feita por outras grandes organizações, como a Alcoa, que está trabalhando em processos de mineração menos impactantes, além de produtores de biocombustíveis, indústrias papelarias e de produtos de origem florestal, que estão buscando certificar seus processos de acordo com normas internacionais de sustentabilidade, e empresas de alimentos e do agronegócio, que veem nas mudanças climáticas uma ameaça consistente aos seus negócios. O Economista Ignacy Sachs, defensor de uma economia baseada na biodiversidade para o Brasil, não apenas aponta os problemas que o aquecimento global está criando para o país, mas vê nisso uma oportunidade para a construção de um modelo econômico diferenciado. “O Brasil é o país com maior potencial de desenvolvimento em uma economia de baixo carbono”, diz, quase como um bordão.

A disputa sobre as causas dos desastres ambientais no século 21 está tomando um corpo maior do que o trabalho para reduzir seus impactos sobre a sociedade

*Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.

Link

www.envolverde.org.br

A perspectiva de um futuro
mais ético se consolida
com a sua parceria

www.
eticanosnegocios
.org.br

Fortalecer nossa causa conscientiza a sociedade
e destaca sua empresa. **Associe-se!**

Instituto Brasileiro de

ÉTICA
NOS
NEGÓCIOS

Fomentar a Ética é um desafio que vem sendo conquistado com bastante sucesso pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. Com a parceria de empresas que acreditam e apoiam esta causa, conseguimos concretizar iniciativas inéditas em nosso país as quais são destinadas ao meio empresarial e também aos estudantes que serão os colaboradores, executivos e proprietários das empresas de amanhã.

É desta forma, contribuindo com a melhoria da qualidade ética das empresas e com a formação de adultos-cidadãos e líderes eticamente responsáveis que potencializamos a perspectiva de um futuro mais ético e assim, naturalmente sustentável!

Programa REE Brasil



Responsabilidade Ética Empresarial

revista
ÉTICA
nos negócios

PESQUISA



PRODUTO VERDE



Clube do Bem
CIDADANIA E RESPONSABILIDADE
SOCIAL AO ALCANCE DE TODOS



1º Programa Nacional de Ética
nas Empresas para Universidades



Tenha uma atitude ética!



Projeto
RSC
na Escola

Blog **ÉTICA**
NOS
NEGÓCIOS

PRÊMIO
ÉTICA
NOS
NEGÓCIOS



A Base da Atitude Responsável e
o Propósito para a Sustentabilidade



Demonstrativo de sustentabilidade

Relatório de sustentabilidade da GRI reúne indicadores econômicos, sociais e ambientais das empresas

Por Thaís Iannarelli

Atualmente, prestar contas sobre responsabilidade social e demonstrar a atuação sustentável já fazem parte do planejamento das empresas – ou pelo menos são ações que recebem mais atenção dos empresários do que há alguns anos. Com o objetivo de padronizar essa prestação de contas, a Global Reporting Initiative (GRI), organização não-governamental internacional com sede em Amsterdã, na Holanda, desenvolveu um relatório que aborda as questões relacionadas às áreas econômica, social, ambiental e econômica da empresa, complementando relatórios de ordem financeira.

Com início em 1997, a GRI tem a missão de desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas do mundo todo. Assim, em março de 1999 foi lançada a primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI. Em 2002, surgiu a versão oficial, atualizada em 2006 para a versão 3G, aplicada pela internet.

Hoje, a GRI se consolidou como o núcleo oficial de colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sendo que até o momento aproximadamente mil organizações em mais de 60 países declararam usar a estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI. As diretrizes para os relatórios, os suplementos setoriais e os protocolos para preenchimento estão disponíveis em mais de 20 línguas, mas alguns documentos não possuem tradução e estão em inglês.

Qualidade técnica

Para assegurar a qualidade técnica dos relatórios e manter sua credibilidade e relevância, sua estrutura é continuamente revisada por meio do engajamento dos *multistakeholders*, ou seja, participantes de organizações especializadas que desenvolvem o conteúdo da estrutura de relatórios.

A própria GRI, que fisicamente tem 25 pessoas em seu escritório, também preenche o relatório, que a partir de 2006 tornou-se digital.

Por que elaborar relatórios de sustentabilidade?

O objetivo de se elaborar um relatório de sustentabilidade da GRI é divulgar o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização, ou seja, os três pilares da sustentabilidade de uma empresa. Apenas demonstrações financeiras não são mais suficientes para os consumidores, parceiros e a comunidade, que querem saber também da integridade das ações realizadas pela empresa ou organização social.

Além disso, de acordo com as organizações que desenvolvem os documentos da GRI, a própria empresa ou organização se beneficia com a elaboração do relatório. É uma maneira de implementar a gestão, comparar e reduzir custos em sustentabilidade, fortalecer a marca e diferenciar-se do mercado.

Além dessas características, utilizar o relatório da GRI é positivo, já que se tornou uma estrutura aceita e padronizada. Sem essa estrutura, os relatórios das empresas seriam diferentes e poderiam não possuir todas as características necessárias para transmitir credibilidade, consistência e comparabilidade. Imaginem se cada empresa divulgasse um relatório diferenciado. Eles certamente não seriam comparáveis, o que dificultaria sua interpretação.

Como os custos do desenvolvimento da estrutura da GRI são divididos por seus múltiplos usuários, o custo geral da transação para as organizações relatoras é menor do que seria se uma empresa desenvolvesse um relatório somente para ela mesma.

Passos da elaboração de um relatório da GRI

Parte 1

A primeira parte do relatório ajuda a determinar o que relatar, quais são os temas e indicadores a serem divulgados, com um pequeno conjunto de testes para cada um. Os princípios abordados são de equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, confiabilidade e clareza. Esta parte termina com algumas orientações sobre como definir as unidades de negócios contempladas no relatório.

Parte 2

Essa parte do relatório mostra o conteúdo a ser incluído, dividido em três categorias:

- Perfil: informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança;
- Forma de gestão: conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho em uma área específica;
- Indicadores de desempenho: informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização.

O site da GRI em português oferece aos usuários downloads gratuitos e todas as explicações sobre como preencher o relatório, além de apresentar os benefícios que as empresas podem ter com isso. 

O objetivo de se elaborar um relatório de sustentabilidade da GRI é divulgar o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização, ou seja, os três pilares da sustentabilidade de uma empresa

Link 
www.globalreporting.org


**Assessoria
Empresarial e Contábil**

Rua do Ouvidor, 130 - sala 614 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-030
Tel.: (21) 2210-0859 Fax: (21) 2508-6649

SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas

Informações pela Web com total segurança

www.r2assessoria.com.br

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Pensando no futuro do país

Por Paula Craveiro

O Instituto Unibanco é um dos braços sociais do conglomerado Itaú Unibanco. Criado em 1982, tinha por objetivo coordenar as ações sociais do banco. “Numa época em que a questão da responsabilidade social ainda era pouco disseminada entre as organizações brasileiras, a proposta era ampliar e dar mais efetividade a essas iniciativas”, destaca Wanda Engel Aduan, superintendente-executiva do Instituto Unibanco.

A partir da década de 1990, quando a questão ambiental cresceu em importância, o Unibanco criou o programa Unibanco Ecologia, destinado ao patrocínio de projetos na área ambiental, posteriormente incorporado ao Instituto Unibanco. “Essa ação chegou a beneficiar mais da metade das cidades onde o banco estava presente”, segundo Wanda.

No ano de 2002, a instituição promoveu uma ampla revisão em seu plano de ação social, adotando a juventude como foco de atuação e, a partir de 2007, direcionou seus trabalhos à melhoria do Ensino Médio público, considerado estratégico tanto para a formação e inserção laboral das novas gerações, quanto para a diminuição da pobreza e da desigualdade, assim como para o desenvolvimento sustentável do país.

Foco na juventude

O instituto tem a missão de contribuir para o desenvolvimento humano de jovens em situação de vulnerabilidade e defende valores como transparência, coragem de ousar, responsabilidade e corresponsabilidade com os resultados de suas ações, busca de excelência desses resultados, utilização do conhecimento produzido e uso da identidade como instrumento de integração e fonte de fortalecimento.

“Investimos na juventude por acreditarmos que se trata de um momento decisivo para o futuro do ser humano, um momento de escolhas que repercutirão ao longo de toda uma vida, cuja soma representa o futuro de um país. Assim, buscamos desenvolver tecnologias que possam colaborar para que o jovem, aluno da rede pública de ensino, permaneça na escola e complete o ensino médio, desenvolvendo as competências mínimas para o mercado de trabalho e para a vida”, aponta a superintendente-executiva.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico e social sustentável e o nível de competitividade global de um país dependem fundamentalmente do estágio educacional de sua população. Assim, o período de forte crescimento que o Brasil experimenta no momento só poderá ser mantido através de um esforço coletivo de formação educacional das novas gerações. “Os investimentos do Instituto Unibanco são importantes justamente porque têm como objetivo colaborar com esse esforço, por meio da concepção e validação de possíveis saídas para os problemas que atingem as políticas públicas de educação”, ressalta Wanda.

Projetos em andamento

As tecnologias criadas destinam-se a melhorar as políticas educacionais. Elas se voltam prioritariamente ao jovem, aluno do Ensino Médio de escolas públicas, mas também beneficiam aqueles que atuam diretamente na formação desse jovem, como professores, supervisores e diretores de escolas, além de universitários que atuam nos projetos.

Entre os principais programas desenvolvidos pelo Instituto Unibanco estão o Jovem de Futuro e o Entre Jovens.

O Jovem de Futuro visa contribuir para o aumento do desempenho escolar e para a diminuição dos índices de evasão de escolas públicas de ensino médio, por meio de uma proposta de gestão escolar para resultados. O projeto oferece às escolas apoio técnico e financeiro necessários. A assessoria técnica destina-se à concepção de um plano de três anos de duração e à gestão físico-financeira desse plano. Para 2010, estão previstos investimentos no projeto da ordem de R\$ 17 milhões, destinados a atender 98 escolas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Entre Jovens é uma iniciativa desenvolvida em parceria com governos estaduais, em escolas públicas do Rio de Janeiro, Brasília, Vitória, Campinas e Juiz de Fora, e visa enfrentar a situação de alunos que chegam ao Ensino Médio sem o domínio das competências básicas previstas para o final do Ensino Fundamental. Essa falta de condições acadêmicas é, em muitos casos, responsável pelo baixo desempenho no ensino médio e também pelo abandono escolar. O projeto oferece

atendimento educacional complementar a alunos da primeira série de escolas públicas de ensino médio, por meio de um programa de tutoria desenvolvido por estudantes universitários de cursos de licenciatura.

O instituto conta, ainda, com um programa de voluntariado empresarial, realizado por colaboradores do Itaú Unibanco, que oferece opções de atividades solidárias, de acordo com suas habilidades e disponibilidade de tempo.

Gestão

O Instituto Unibanco é administrado por um Conselho Administrativo, presidido por Pedro Moreira Salles. Seus recursos provêm dos rendimentos de um fundo criado pelo banco em 2000 para manter as suas atividades. Deste modo, o Instituto não depende de novos recursos financeiros por parte do conglomerado.

“Utilizamos os serviços do Itaú Unibanco para o acompanhamento financeiro e jurídico de suas atividades, bem como para a análise dos riscos envolvidos, dispondo de uma auditoria externa e de avaliadores também externos para a aferição do impacto de seus projetos”, conta Wanda.

Bons resultados

De acordo com a superintendente-executiva do instituto, as principais conquistas obtidas foram os resultados aferidos a partir de avaliações de impacto, realizadas pelo Ipea, no caso do Jovem de Futuro, e pelo Banco Mundial, em relação ao Entre Jovens, que atestaram a efetividade dessas tecnologias.

“As escolas de Porto Alegre e Belo Horizonte que participam do projeto Jovem de Futuro, por exemplo, conseguiram em apenas um ano que seus alunos do ensino médio dessem um salto significativo no desempenho em português e matemática”, conta. A partir da comparação do resultado de testes aplicados em dois grupos de alunos – o das escolas beneficiadas pelo projeto e o daquelas ainda não atendidas –, os pesquisadores concluíram que, após um ano de implantação do Jovem de Futuro, as escolas beneficiadas aumentaram a porcentagem de alunos com proficiência em português e matemática, de acordo com a terceira meta do Todos pela Educação, na mesma proporção que as demais escolas só alcançam em cinco anos.

A avaliação de impacto do Entre Jovens mostrou que os estudantes beneficiados melhoraram consideravelmente seu desempenho em português e matemática. Além disso, a frequência nas aulas dessas disciplinas

Divulgação



também aumentou. A pesquisa detectou ainda que os alunos que frequentaram mais intensamente o programa apresentaram rendimento superior àqueles que não o fizeram com a mesma intensidade.

“Estes resultados propiciaram a pré-qualificação dessas tecnologias pelo MEC. O ministério incluiu o Jovem de Futuro e o Entre Jovens no seu Guia de Tecnologias Educacionais 2010, recomendando a sua adoção nas escolas públicas de ensino médio”, destaca Wanda.

Perspectivas

O reconhecimento da efetividade das principais tecnologias desenvolvidas foi muito importante para as perspectivas futuras do Instituto Unibanco. “Nossa organização não pretende atender, diretamente com seus projetos, o universo dos alunos do ensino médio. Nossa pretensão é testar essas tecnologias por meio de projetos implantados em parceria com as secretarias estaduais para, uma vez comprovado seu impacto, poder transferi-las para os sistemas de ensino, de modo que eles próprios se encarreguem de sua implantação”, explica Wanda Engel Aduan.

Neste sentido, serão investidos recursos em 2010 para consolidar a avaliação e sistematizar essas tecnologias, de maneira que, em 2011, quando se iniciarem os novos governos estaduais, elas possam ser oferecidas e transferidas para os Estados que assim o desejarem. 

Estudantes do ensino médio da rede pública participam de atividade do Entre Jovens

Link 

www.institutounibanco.org.br



Consumo consciente: você está fazendo a sua parte?

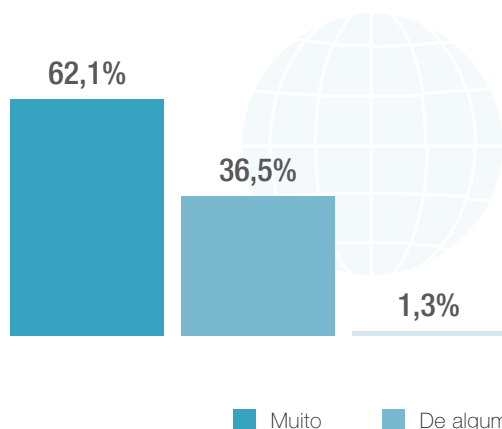
Foi-se o tempo em que consumo consciente significava apenas a compra de produtos realmente necessários e a busca do melhor (leia-se menor) preço possível. Hoje, quando a poluição ambiental e as calamidades climáticas nos fazem lembrar diariamente das consequências negativas das centenas de anos de consumo irresponsável, o conhecimento de comprar produtos que levem em conta principalmente o baixo impacto ambiental tem uma importância ímpar.

Dentro desse cenário, ganha *status* de consumidor consciente aquele que busca o equilíbrio entre sua satisfação pessoal e o impacto do seu consumo na preservação do meio ambiente e no bem-estar social, ou seja, quem faz do consumo uma questão de cidadania.

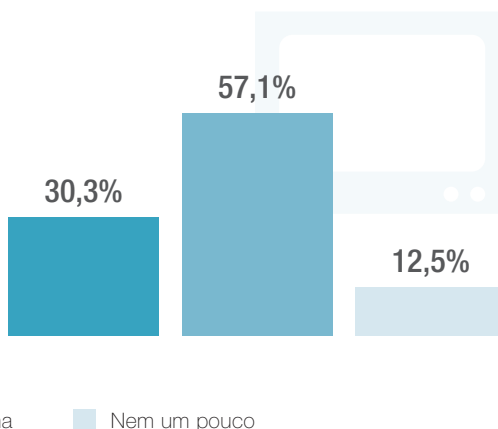
Diante da crise ambiental planetária, das mudanças climáticas, da poluição, da escassez da água potável, da extinção das espécies e do desmatamento, ainda faz sentido duvidar que as nossas simples escolhas diárias podem fazer diferença?

Só nos últimos anos, os problemas ambientais têm pulado do décimo para o terceiro lugar, disputando espaço na cabeça dos brasileiros com preocupações históricas como criminalidade, pobreza e instabilidade econômica. É fácil, então, concluir que as escolhas que fazemos são importantes e servem de exemplo para que outros ao nosso redor sigam as mesmas atitudes. Logo começaremos a sentir os resultados da diferença.

Eu quero preservar o mundo para meus netos e gerações futuras



Há uma forte pressão da sociedade e da mídia para “fazer minha parte”



Segundo os dados da pesquisa anual *Estilos de Vida e Bem-Estar Individual*, realizada pela Market Analysis, percebe-se um gradual convencimento de que a forma como o indivíduo consome pode fazer uma grande diferença não apenas para ele próprio, mas para a sociedade como um todo. Para seis em cada dez brasileiros, um fator que impulsiona um estilo de vida mais consciente é a preocupação com as próximas gerações; 62,1% dos entrevistados afirmaram que querem preservar o mundo para seus netos e gerações futuras, enquanto apenas 1,3% responderam de forma negativa.

Como os fatores a seguir ajudam a ter uma vida mais ambientalmente consciente, em sua opinião?

Dos entrevistados, 57,1% acreditam que, de alguma forma, a sociedade e a mídia fazem pressão para que eles, como indivíduos, cumpram sua parte, enquanto

30,3% já sentem muito essa pressão. Com menor percentual, 12,5% não se sentem nem um pouco pressionados.

O consumo ambientalmente consciente ganha dois aliados visíveis: a consciência do valor do futuro e a repercussão midiática do debate no presente. Os jovens são os mais sensíveis à mobilização eleitoral ao redor da questão das mudanças climáticas – 73% dos que têm de 18 a 24 anos colocam a questão no topo da agenda; o menor percentual está entre os mais velhos (52% das pessoas de 55 a 69 anos), criando um corte geracional importantíssimo ao redor do assunto. As mulheres são um pouco mais preocupadas pelo tema do que os homens (68% versus 64%).

Em termos regionais, são as cidades do Nordeste (Recife, 86%, e Salvador, 75%) e Goiânia (73%) as que aderem mais a uma plataforma sobre mudanças climáticas. Os eleitores de Brasília são os que dão menor peso à questão (só 50% deles, enquanto a média nacional é de 66%).

Ficha técnica

Pesquisa *Estilos de Vida e Bem-Estar Individual*, da Market Analysis, realizada com 438 adultos, com 18 anos ou mais, residentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Entrevistas realizadas em domicílio durante o mês de julho de 2009. Margem de erro +/- 8%.



www.marketanalysis.com.br

e-mail @

info@marketanalysis.com.br

Telefone

(48) 3234-8573



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Rádio Tom Social

Inaugurada em fevereiro, a Rádio Tom Social, parceira da Revista Filantropia e da Diálogo Social, é uma rádio on-line dirigida aos interessados na área social, e também a quem gosta de música brasileira. Além da programação musical composta por MPB, samba de raiz e pop rock nacional, elege as principais notícias do Terceiro Setor que envolvem ONGs, políticas públicas, programas de responsabilidade social e oportunidades da área, além de dicas e serviços. Com o acesso pela internet, é fácil ouvir a Tom Social de casa, no trabalho ou em qualquer lugar.

 www.tomsocial.com.br

Ranking Benchmarking 2010

As instituições que possuem boas práticas de sustentabilidade podem inscrever seus casos até dia 30 de maio para participarem do Programa Benchmarking, reconhecido selo de sustentabilidade que congrega um *ranking*, publicações, um banco digital de livre acesso, encontros técnicos e uma feira internacional. Em sua oitava edição, o Programa Benchmarking seleciona e compartilha práticas de sustentabilidade como conhecimento aplicado – o reconhecimento dentro do programa tem como objetivo motivar os talentos dessa área para alimentar o banco de boas práticas ambientais. Até hoje, já selecionou mais de 170 instituições brasileiras atuantes nos três setores da economia. A comissão técnica é multidisciplinar e reúne especialistas de vários países.

 www.benchmarkingbrasil.com.br

5º Prêmio Educar para a Igualdade Racial

O Grupo Santander Brasil, em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), lançou a 5ª edição do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. O concurso é destinado à participação de escolas e professores que desenvolvem práticas de valorização étnico-racial em escolas públicas e privadas de todo o Brasil, nas categorias Ensino Infantil e Fundamental I (1ª a 4ª série). O prêmio visa ainda contribuir para a inclusão do tema das relações étnico-raciais nos projetos pedagógicos e nas práticas escolares, sensibilizando, incentivando e subsidiando professores para a implementação da lei nº 10.639/2003, que trata da História e Cultura afro-brasileiras. Os projetos participantes poderão ser inscritos até 7 de maio e deverão relatar atividades desenvolvidas entre os anos de 2007 e 2009.

 www.ceert.org.br

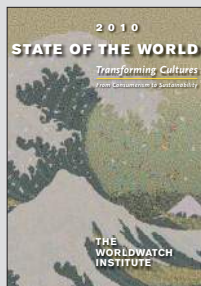


Radar

Do consumo excessivo à sustentabilidade

O Worldwatch Institute, organização americana dedicada a temas do desenvolvimento sustentável, lançou o relatório *State of the World 2010: Transforming Cultures* (em português, Estado do Mundo 2010 – Transformando Culturas: do consumismo à sustentabilidade) (262 págs., US\$ 9,95). Na opinião de Erik Assadourian, diretor do projeto, “para prosperar no futuro, as sociedades terão de mudar suas culturas para que a sustentabilidade se transforme na norma, e o consumo excessivo, em tabu”. Em 2006 foram consumidos US\$ 30,5 trilhões em bens e serviços, 28% a mais do que há dez anos.

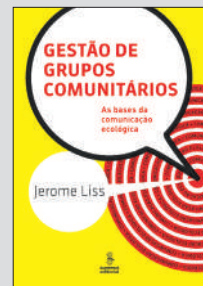
 www.worldwatch.org/sow10



Gestão de grupos comunitários

No livro *Gestão de grupos comunitários: as bases da comunicação ecológica* (152 págs., R\$ 41,90), o psiquiatra americano Jerome Liss revela os métodos fundamentais para criar e desenvolver uma comunicação democrática nos grupos. Trata-se de um guia prático que ensina a exercer a crítica construtiva, resolver conflitos, facilitar o diálogo, desenvolver projetos de interesse pessoal e social e cooperar com outros grupos. A obra mostra a diferença entre os grupos hierárquicos e comunitários.

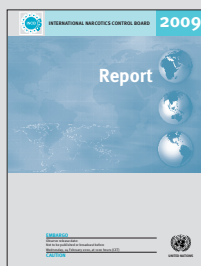
 www.summus.com.br



Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes

O Relatório 2009 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (jife) (152 págs., download gratuito) – órgão que tem a responsabilidade de monitorar a obediência dos países em relação aos tratados internacionais de controle das drogas – traz um balanço sobre avanços e retrocessos no que se refere à produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas e ao abuso de medicamentos em todo o mundo. Nos Estados Unidos, o abuso de medicamentos prescritos é o segundo maior problema de abuso de drogas, atrás apenas da maconha, com um total de 8,2 milhões de pessoas usando medicamentos indevidamente – mais do que o número total de pessoas que usam cocaína, heroína, alucinógenos, ecstasy e inalantes.

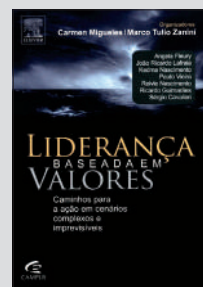
 www.unodc.org



O desafio de criar valor

A construção da sustentabilidade econômica, social, ambiental e ética em diferentes empresas é o tema do livro *Liderança Baseada em Valores – Caminhos para a Ação em Cenários Complexos e Imprevisíveis* (208 págs., R\$ 49,90). Organizado por Carmen Migueles e Marco Túlio Zanini, com vasta experiência na área de gestão, o livro lança luz sobre os desafios impostos pelo exercício da liderança nas organizações contemporâneas. Por meio da análise de casos atuais, a obra discute a liderança no contexto brasileiro e sua importância na criação de valor nas empresas. Fica claro que, na nova ordem global, cooperar, integrar e produzir valores são demandas imperativas não só para as organizações, mas para a sociedade como um todo.

 www.elsevier.com.br



Puras abre vagas para profissionais com deficiências

A Puras, empresa de refeições coletivas – reconhecida por sua atuação e forte vocação em investimentos na área social – abre, por meio do Programa Incluir, 82 novas vagas para pessoas com deficiência em oito Estados. Há ofertas de 27 vagas em Minas Gerais, 24 em São Paulo, 10 no Paraná, 14 em Pernambuco e 7 no Rio de Janeiro, para as funções de oficiais de serviços, oficiais de cozinha, cozinheiras, auxiliares administrativos e copeiras. Os interessados em participar do processo de seleção podem se cadastrar no site da empresa, nos links Fale Conosco e Trabalhe Conosco. O prazo para o término do período de inscrições dependerá do preenchimento das vagas disponíveis.

 www.puras.com.br



Programa de gestão para ONGs

Em fevereiro, foi lançada a versão on-line do Programa de Desenvolvimento em Gestão para Organizações do Terceiro Setor – PDG.org On-Line. O objetivo é desenvolver a gestão das ONGs tendo em vista sua sustentabilidade. O Oi Futuro, a Fundação Avina e o Instituto Unibanco, juntamente com o Instituto Hartmann Regueira, são os idealizadores do programa, dirigido especificamente para as ONGs. Com duração de 12 meses, é constituído de seis módulos de ensino, com conteúdos como gestão financeira, alianças, parcerias e redes, planejamento, monitoramento e avaliação e gestão de pessoas.

 <http://institutohr.org.br>

6º Congresso sobre Investimento Social Privado

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) abriu as inscrições para seu 6º Congresso sobre Investimento Social Privado, com o tema Visões para 2010, que será realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 7 e 9 de abril, no Sheraton Rio Hotel & Resort. O evento deve reunir cerca de mil lideranças nacionais e internacionais ligadas ao campo social. Durante os três dias, os participantes poderão escolher as discussões de seu interesse, conforme sua necessidade de aprendizagem e, ao final, serão convidados a participar do julgamento “Qual o impacto do investimento social privado na realidade brasileira?”, em que será avaliada a importância do investimento social privado como promotor da transformação social no Brasil.

 www.congressogife.org.br

Pão de Açúcar lança blog verde

A rede Pão de Açúcar, parceira do Instituto Akatu, lançou o blog Pão de Açúcar Verde, um canal para dialogar sobre questões relacionadas à sustentabilidade, expor a importância de atitudes ecologicamente corretas e mostrar a atuação da rede em prol da comunidade e do planeta. A iniciativa é seguida do lançamento de mais quatro lojas, construídas com padrões exigidos pela ONG norte-americana Green Building Council para a certificação LEED (Liderança em Energia e Design Ambiental, do inglês *Leadership in Energy and Environmental Design*). Segundo a rede, o blog será uma extensão virtual das lojas verdes, reunindo informações sobre preservação do meio ambiente, consumo consciente, bem-estar da comunidade, desenvolvimento social, alimentação saudável e reciclagem.

 www.paodeacucarverde.com.br

Árvore Club

A missão do Árvore Club, projeto do Grupo Green CO₂ Projetos Ambientais, é proporcionar vantagens e benefícios imediatos de consumo aos nossos associados, por meio da promoção de atividades ambientais. Para isso, promovemos condições favoráveis na obtenção de produtos e serviços das melhores empresas e marcas do Brasil, ajudando, ainda, a preservar a floresta amazônica por meio do plantio de uma árvore para cada novo membro associado.

 www.arvoreclub.com.br

Portal para promover comunicação consciente

O Portal Unomarketing – Comunicação Consciente foi lançado com a proposta de divulgar e fomentar ações que promovam a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental nos meios de comunicação, de modo a criar uma nova cultura de valores para o setor. O site é resultado da primeira edição da feira e seminário Unomarketing, realizada em junho de 2009, em São Paulo. O sucesso do evento levou os organizadores a criar uma plataforma permanente de informação. No portal, internautas encontram notícias, entrevistas, artigos, salas temáticas com assuntos especializados, além de dicas de filmes, livros, músicas, cursos de formação profissional e um blog com links para curiosidades sustentáveis. Outra particularidade do portal é o espaço para apresentação de ONGs, com o intuito de facilitar o acesso de empresas e comunicadores que desejam apoiar instituições reconhecidamente idôneas e transparentes.

 www.unomarketing.com.br

Site da Pestalozzi está de cara nova

Totalmente reformulado e com muito mais informações, interatividade e serviços, o site da Sociedade Pestalozzi de São Paulo está mais bonito e simples de navegar. Acompanhando as últimas tendências da rede, o novo site agrega ferramentas de relacionamento sociais como o Twitter, vídeos, galeria de fotos e espaços dedicados para patrocinadores que queiram anunciar e apoiar a instituição. Por meio dele, é possível conhecer melhor a instituição que atende pessoas com deficiência intelectual, apoiar projetos, aderir ao programa de voluntariado e se candidatar a vagas de estágio. Além disso, a Sociedade Pestalozzi acompanha a política nacional de transparência e adotou o sistema de prestação de contas pela internet.

 www.pestalozzisp.org.br

Março

Dia	Evento	Local	Realização	Info
23	Direito Ambiental	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737
22 a 26	Imersão em Elaboração de Projetos Sociais	Atibaia/São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
23 a 25	1º Congresso Brasileiro de Ética nos Negócios	São Paulo/SP	Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios	www.congressoeticanosnegocios.org.br (19) 3323-2199
24	Captação de Recursos para a Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
26	Agenciamento cultural: relacionamento e negociação com patrocinadores, viabilidade e sustentabilidade das artes	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
30	Oficina Indicadores Ethos	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br (11) 3897-2400
30 e 31	Comunicação e Sustentabilidade	São Paulo/SP	Aberje	www.aberje.com.br (11) 3662-3990
31	Tendências de Recursos Humanos na Administração Pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
31	Espaço Aberto: A Responsabilidade Social nos processos de desligamento de profissionais	São Paulo/SP	Câmara Brasil-Alemanha	www.ahkbrasil.com (11) 5180-2326

Abril

Dia	Evento	Local	Realização	Info
7 a 9	6º Congresso Gife sobre Investimento Social Privado	Rio de Janeiro/RJ	Gife	www.congressogife.org.br
13	Jogos e Dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
13	Terceiro Setor: Aspectos Institucionais e Legais (Módulo II)	São Paulo/SP	OAB-SP	www.oabsp.org.br (11) 2155-3737
13 e 14	I Congresso Sociedade Santos Mártires – Modelos de parcerias entre governos, iniciativa privada e Terceiro Setor	São Paulo/SP	Sociedade Santos Mártires	www.santosmartires.org.br (11) 5831-9549
16	Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
22	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – curso intensivo itinerante	Rio de Janeiro/RJ	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Conceitos de planejamento estratégico para a administração pública	São Paulo/SP	Diálogo Público	www.dialogopublico.com.br (11) 2281-9643
30	Ideias criativas em mobilização de recursos – experiências exitosas que merecem ser copiadas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

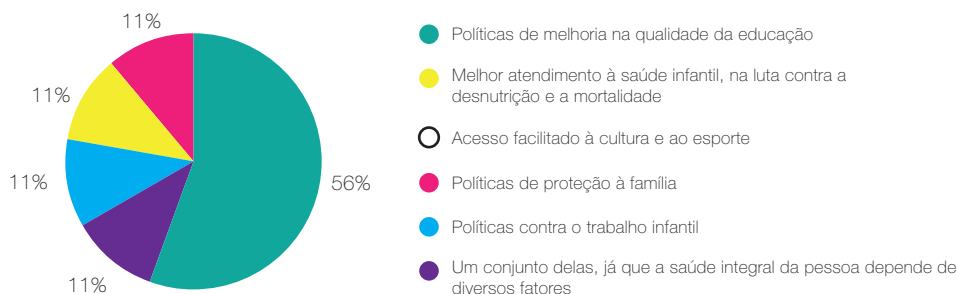
www.sergiomonello.com.br

Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
6	Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor – curso intensivo itinerante	Recife/PE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11 a 14	Conferência Internacional Ethos 2010	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br/ci2010 (11) 3897-2444
11 a 14	Mostra de Tecnologias Sustentáveis 2010	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br/mostra2010 (11) 3897-2444
14	Venda de produtos e serviços e outras formas de geração de renda	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17 a 21	Imersão Contábil para o Terceiro Setor	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20 a 22	IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (IV Abrapcorp 2010)	Porto Alegre/RS	Abrapcorp	www.abrapcorp.org.br
21	Fontes de financiamento e as bases de dados para uma boa captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21 e 22	III Congresso Nacional de Responsabilidade Socioambiental	Londrina/PR	Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento	www.abtdpr.com.br (43) 3025-5223
26	Fumcad em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

ENQUETE

Em sua opinião, quais políticas voltadas para a criança e o adolescente devem ser aprimoradas?



*Alternativas não obtiveram votos

O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico.

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF

Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195

Divulgação



Peças produzidas pelas artesãs

Associação de Artesãos de Apiaí

Com quatro anos de existência, a Associação de Artesãos de Apiaí é constituída por 19 mulheres entre 20 e 55 anos de idade que, além de artesãs, são também agricultoras. Sua técnica artesanal, originada da fusão das culturas indígena, africana e europeia, vem sendo passada de geração a geração há mais de 200 anos. As peças produzidas são vendidas quase que exclusivamente aos turistas em um ponto de venda próprio, além de outros dois espalhados pela cidade. Para realizar o projeto em Apiaí, conta-se com um parceiro de peso, o Instituto Camargo Corrêa, que tem como objetivo apoiar as unidades de negócio no desenvolvimento das comunidades onde o grupo está presente. Há também o apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Apiaí, entidade da prefeitura responsável por beneficiar os grupos artesanais da cidade, e da OIA Brasil (Organização Internacional Agropecuária), empresa líder em certificação de qualidade de produtos agropecuários, processados e industrializados.

 <http://apiai.sp.gov.br/casadoartesaos/associacao.htm>

Divulgação



Produtos desenvolvidos pela Cooperativa Grande Sertão

Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativista Grande Sertão

A Cooperativa Grande Sertão, sediada em Montes Claros (MG), foi criada há cerca de dois anos por 30 agricultores locais, resultado de oito anos de trabalho com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). A cooperativa produz cerca de 90 toneladas de polpa de fruta congelada desde 2005, a partir da produção de cerca de 700 famílias agroextrativistas que vivem em 17 municípios da região. O objetivo maior é criar condições para inserir no mercado os produtos nativos da região e a produção dos pequenos agricultores. As máquinas da fábrica foram compradas com financiamento do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-Ecos) e produzem polpas de 15 sabores, sete deles típicos. A linha de produtos inclui, ainda, óleo de pequi, pequi congelado, rapadurinha e mel. A produção é vendida na própria região e abastece também os restaurantes populares de Belo Horizonte.

 www.centraldocerrado.org.br



Acima, artesão trabalhando; ao lado, caixas de capim dourado; abaixo, painel de decoração

Rede Tekoha

A Rede Tekoha foi criada com o objetivo de valorizar os trabalhos realizados por comunidades que nem sempre conseguem espaço nos grandes centros urbanos. Assim, desenvolveu um canal de comercialização e integração entre comunidades que criam produtos sustentáveis que, além de serem diversificados, ainda geram renda para aqueles que os fabricam. As comunidades que comercializam seus produtos na Tekoha são de várias regiões do Brasil, fato que potencializa a rede e a variedade de produtos. Além da loja virtual, os produtos podem ser encontrados no Ekoa Café, ambiente agradável para encontrar os amigos. Algumas das comunidades favorecidas pela rede são o grupo DaColmeia, de Londrina, o Paquetá, de Santos, e o Tabor, da zona leste de São Paulo.

 www.tekoha.org
 (11) 3032-7789



Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul

Fundada em 2000, a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) é uma organização que está estruturada em nove núcleos regionais, promovendo uma rede de certificação de cultivos agroecológicos para comercialização dos produtos da sociobiodiversidade. O objetivo é promover uma agricultura sustentável baseada na agroecologia e no fortalecimento das relações de solidariedade, das quais participam cerca de 250 famílias que trabalham na produção de café, gergelim e outros produtos com certificação. A rede se organiza com os núcleos de produtores, que têm se formado naturalmente. Destaca-se a importância da presença de uma liderança que assume a função de ser o elo com o restante da rede. O movimento agroecológico coordenado pela Apoms, em Mato Grosso do Sul, tem apontado a necessidade do surgimento de uma cooperativa de comercialização para representar seus associados nos processos comerciais e dar maior segurança a seus membros.

 apoms-ms@uol.com.br
 (67) 3466-1272

Banho radicalizador



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Domingo, 17 de janeiro de 2010, às 19h30: o grupo de 30 pessoas formado por integrantes dos Doutores Cidadãos e Encantadores, grupos de voluntários do Canto Cidadão¹, chega à sede da organização.

Após um dia intenso de percepção, ação e sensação, o chuveiro se abre e acontece um banho radicalizador. Radical como a raiz, origem deste adjetivo.

Domingo, 17 de janeiro de 2010, às 7h30: o grupo deixa a sede da organização com destino a São Luiz do Paraitinga, município localizado a 170 quilômetros da capital de São Paulo. O objetivo, possível pretensão, era circular pelas ruas da cidade com os personagens palhaços distribuindo palavras, gestos, sorrisos e olhares aos moradores e voluntários que trabalhavam pela recuperação do local, castigado pelas fortes chuvas do início do ano. A altura da água ultrapassara os fios da rede de energia, deixando marcas de lama nas paredes das casas e emoções latentes em todos os moradores e visitantes.

Este tipo de banho até pode ser tomado com água morna ou quente. Contudo, a temperatura confortável muitas vezes impede o indivíduo de perceber as oportunidades de radicalizar em suas atitudes. A escolha da água fria desafia o lugar comum, cria oportunidade de arrepios e despertares. Radical: palavra oriunda do latim “râdis”, raiz. Mais seres radicalmente éticos, condição indispensável para qualquer esperança de civilidade.

Os voluntários conquistaram o seu espaço em um cenário desafiador, interagindo com idosos, adultos e crianças. Muitos outros protagonistas sociais também estavam por lá executando tarefas variadas. Nos locais de triagem das doações, a quantidade de mantimentos era a prova inequívoca da capacidade de ação solidária que o povo brasileiro possui. O potencial está latente, ainda que reativo. De que tamanho (especialmente no campo moral) poderá ficar este país quando a reação virar ação consciente e regular, antecipando os problemas com o olhar atento e protagonista.

No primeiro momento que a água fria atinge a nuca, o corpo inteiro estremece e rapidamente vem o desejo de acionar a torneira quente, restabelecendo a sensação confortável. Mas o enfrentamento da nova e adversa condição conduz a pessoa ao momento seguinte, em que a cabeça se ergue e a face passa a receber as gotas de aviso: desvendar de oportunidades.

A expedição social a São Luiz do Paraitinga comprovou o poder do gesto, da ética gentil em ação. Assumir o compromisso individual possível e diário da civilidade e gentileza em cargas crescentes em função dos desafios prementes. Momentos antes do retorno à capital, para onde os olhos mirassem era possível ver narizes vermelhos colorindo rostos e acendendo olhares². Que venha um novo tempo para esta cidade e seu povo. Que venha um novo tempo para a família humana (resultante muito mais de direção correta que alta velocidade), que tem consigo o potencial. As tragédias têm o potencial de revelar este poder incubado em nossa espécie, o que desnuda a maior tragédia de todas: a necessidade delas para despertar a verdadeira boia de resgate que cada um carrega consigo. Ser voluntário é antecipar-se à tragédia, construindo aos poucos e sempre para não ter de reconstruir às pressas. Saúde e paz ao povo de Paraitinga.

O banho chegou ao fim. Banho radicalizador tomado de água fria. A torneira é fechada. Quem toma este banho verdadeiro deixa de ser a vítima dele. Passa a ser nova torneira, despertando atitudes por onde passa.



Atuação do Canto Cidadão em São Luiz do Paraitinga

¹ Conheça mais sobre a organização em www.cantocidadao.org.br.

² Assista ao vídeo da expedição pelo YouTube, buscando por “Canto Cidadão em Paraitinga”.

Acreditamos no aprimoramento das Entidades como fator de desenvolvimento do Terceiro Setor.

Com sólida atuação em 23 estados do Brasil, levamos informação e atualização aos nossos parceiros-clientes e demais entidades, ministrando cursos e palestras sobre as mais recentes transformações na legislação do Terceiro Setor, agregando valor ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



www.audisaauditores.com.br



TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA BEM A SUA PARTE

MATRIZ - São Paulo/SP
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B
Perdizes - 01155-040
Fone: (11) 3825.9671
saopaulo@audisaauditores.com.br

Rio de Janeiro/RJ
Praia de Botafogo 501 1º Andar - Bloco 1
Torre Pão de Açúcar - 22250-040
Fone/Fax: (21) 2586.6376
riodejaneiro@audisaauditores.com.br

Porto Alegre/RS
Av. Getúlio Vargas, 901 - cto 1504
Menino Deus - 90150-002
Fone/Fax: (51) 3062.8922
portoalegre@audisaauditores.com.br

Recife/PE
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104
Boa Viagem - 51020-020
Fone/Fax: (81) 3463.1862
recife@audisaauditores.com.br

São Paulo-SP
13 e 14 de abril

Jogos e dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais

Maria Alice Soares
Solange Matilde Silva

16 de abril

Monitoramento de indicadores e avaliação de impacto de projetos sociais

Carol Zanoti

29 de abril

Planejamento legal-tributário para entidades do Terceiro Setor sob a ótica da Nova Lei da Filantropia

Ricardo Curia Montemagni
Talita Luci Mendes Falcão

30 de abril

Ideias criativas em mobilização de recursos - experiências exitosas que merecem ser copiadas

Marcelo Estraviz

Atibaia-SP
17 a 21 de maio

Imersão Contábil para o Terceiro Setor

Alexandre Chiaratti, Eduardo Jorge Pessoa de Melo, Ivan dos Santos Pinto, Jair Gomes de Araújo, Marcelo Roberto Monello, Ricardo Roberto Monello

Rio de Janeiro-RJ
22 de abril

Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini

Recife-PE
6 de maio

Comunicando e captando recursos no Terceiro Setor - Curso Intensivo Itinerante

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini

Treinamentos em Gestão Social



diálogo
social

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643
dialogo@dialogosocial.com.br

Apoio:

REVISTA
filantropia
& gestão social